



**SIMULADO ESPECIAL**

# **SEFAZ GO**

**Auditor Fiscal da Receita Estadual  
Pós-Edital**

# Simulado

Simulado Especial SEFAZ-GO (Auditor Fiscal da Receita Estadual)

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **SEFAZ-GO**, cargo de **Auditor Fiscal da Receita Estadual**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/Su1uADZJso93tJzZ7>

01 - A B C D E	21 - A B C D E	41 - A B C D E	61 - A B C D E	81 - A B C D E	101 - A B C D E	121 - A B C D E	141 - A B C D E
02 - A B C D E	22 - A B C D E	42 - A B C D E	62 - A B C D E	82 - A B C D E	102 - A B C D E	122 - A B C D E	142 - A B C D E
03 - A B C D E	23 - A B C D E	43 - A B C D E	63 - A B C D E	83 - A B C D E	103 - A B C D E	123 - A B C D E	143 - A B C D E
04 - A B C D E	24 - A B C D E	44 - A B C D E	64 - A B C D E	84 - A B C D E	104 - A B C D E	124 - A B C D E	144 - A B C D E
05 - A B C D E	25 - A B C D E	45 - A B C D E	65 - A B C D E	85 - A B C D E	105 - A B C D E	125 - A B C D E	145 - A B C D E
06 - A B C D E	26 - A B C D E	46 - A B C D E	66 - A B C D E	86 - A B C D E	106 - A B C D E	126 - A B C D E	146 - A B C D E
07 - A B C D E	27 - A B C D E	47 - A B C D E	67 - A B C D E	87 - A B C D E	107 - A B C D E	127 - A B C D E	147 - A B C D E
08 - A B C D E	28 - A B C D E	48 - A B C D E	68 - A B C D E	88 - A B C D E	108 - A B C D E	128 - A B C D E	148 - A B C D E
09 - A B C D E	29 - A B C D E	49 - A B C D E	69 - A B C D E	89 - A B C D E	109 - A B C D E	129 - A B C D E	149 - A B C D E
10 - A B C D E	30 - A B C D E	50 - A B C D E	70 - A B C D E	90 - A B C D E	110 - A B C D E	130 - A B C D E	150 - A B C D E
11 - A B C D E	31 - A B C D E	51 - A B C D E	71 - A B C D E	91 - A B C D E	111 - A B C D E	131 - A B C D E	151 - A B C D E
12 - A B C D E	32 - A B C D E	52 - A B C D E	72 - A B C D E	92 - A B C D E	112 - A B C D E	132 - A B C D E	152 - A B C D E
13 - A B C D E	33 - A B C D E	53 - A B C D E	73 - A B C D E	93 - A B C D E	113 - A B C D E	133 - A B C D E	153 - A B C D E
14 - A B C D E	34 - A B C D E	54 - A B C D E	74 - A B C D E	94 - A B C D E	114 - A B C D E	134 - A B C D E	154 - A B C D E
15 - A B C D E	35 - A B C D E	55 - A B C D E	75 - A B C D E	95 - A B C D E	115 - A B C D E	135 - A B C D E	155 - A B C D E
16 - A B C D E	36 - A B C D E	56 - A B C D E	76 - A B C D E	96 - A B C D E	116 - A B C D E	136 - A B C D E	156 - A B C D E
17 - A B C D E	37 - A B C D E	57 - A B C D E	77 - A B C D E	97 - A B C D E	117 - A B C D E	137 - A B C D E	157 - A B C D E
18 - A B C D E	38 - A B C D E	58 - A B C D E	78 - A B C D E	98 - A B C D E	118 - A B C D E	138 - A B C D E	158 - A B C D E
19 - A B C D E	39 - A B C D E	59 - A B C D E	79 - A B C D E	99 - A B C D E	119 - A B C D E	139 - A B C D E	159 - A B C D E
20 - A B C D E	40 - A B C D E	60 - A B C D E	80 - A B C D E	100 - A B C D E	120 - A B C D E	140 - A B C D E	160 - A B C D E

## SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/uVBn>

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo*

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 4, baseie-se no texto abaixo.

**[Pálido ponto azul]**

Olhem para aquele ponto azul. É ali. É a nossa casa. Somos nós. Nesse ponto, todos aqueles que amamos, que conhecemos, de quem já ouvimos falar, todos os seres humanos que já existiram, vivem ou viveram as suas vidas. Toda a nossa mistura de alegria e sofrimento, todas as inúmeras religiões, ideologias e doutrinas econômicas, todos os caçadores e saqueadores, heróis e covardes, criadores e destruidores de civilizações, reis e camponeses, jovens casais apaixonados, pais e mães, todas as crianças, todos os inventores e exploradores, professores de moral, políticos corruptos, “superastros”, “líderes supremos”, todos os santos e pecadores da história da nossa espécie, ali – num grão de poeira suspenso num raio de sol.

A Terra é um palco muito pequeno em uma imensa arena cósmica. Pensem nos rios de sangue derramados por todos os generais e imperadores para que, na glória do triunfo, pudessem ser os senhores momentâneos de uma fração desse ponto. Pensem nas crueldades infinitas cometidas pelos habitantes de um canto desse ‘pixel’<sup>1</sup> contra os habitantes mal distinguíveis de algum outro canto, em seus frequentes conflitos, em sua ânsia de recíproca destruição, em seus ódios ardentes.

Nossas atitudes, nossa pretensa importância, a ilusão de que temos uma posição privilegiada no Universo, tudo é posto em dúvida por esse ponto de luz pálida. O nosso planeta é um pontinho solitário na grande escuridão cósmica circundante. Em nossa obscuridade, em meio a toda essa imensidão, não há nenhum indício de que, de algum outro mundo, virá socorro que nos salve de nós mesmos.

A Terra é, até agora, o único mundo conhecido que abriga a vida. Não há nenhum outro lugar, ao menos no futuro próximo, para onde nossa espécie possa migrar.

Visitar, sim. Goste-se ou não, no momento a Terra é o nosso posto.

Tem-se dito que a astronomia é uma experiência que forma o caráter e ensina humildade. Talvez não exista melhor comprovação da loucura das vaidades humanas do que esta distante imagem de nosso mundo minúsculo. Para mim, ela sublinha a responsabilidade de nos relacionarmos mais bondosamente uns com os outros e de preservarmos e amarmos o pálido ponto azul, o único lar que conhecemos.

(SAGAN, Carl. **Pálido ponto azul**: uma visão do futuro da humanidade no espaço. Trad. Rosaura Eichenberg. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. *Adaptado.*)

**Observações:**

1. *pixel*: unidade mínima de uma imagem digital = ponto.

**1.** Infere-se do texto que a imagem da Terra como um “pálido ponto azul” tem como intenção principal

a) ressaltar o contraste entre a vastidão do universo e a centralidade da Terra na vida humana, destacando a importância do planeta para a existência da nossa espécie.

b) sugerir que, embora pequenos diante do universo, os feitos humanos justificam a valorização da nossa história e cultura como marcos significativos.

c) provocar uma reflexão sobre a condição humana, evidenciando a necessidade de humildade e de responsabilidade diante da finitude e fragilidade do planeta.

d) mostrar que a evolução tecnológica levou a humanidade a um ponto de observação privilegiado do cosmos, do qual é possível compreender nossa relevância universal.

e) alertar que, diante da ausência de indícios de vida fora da Terra, o ser humano deve buscar respostas espirituais para a sua solidão cósmica.

2. Está correto o seguinte comentário sobre o texto:

- a) A insignificância física da Terra, revelada pela perspectiva cósmica, invalida qualquer discurso ético ou político, já que todas as ações humanas perdem sentido na escala do Universo.
- b) A reflexão cósmica de Sagan conclui que, dada a ausência de auxílio externo, o ser humano deve reforçar seus mitos fundadores e ideologias para garantir coesão social e segurança existencial.
- c) A imagem do planeta minúsculo é uma metáfora otimista sobre a união dos povos e a inevitável superação das diferenças culturais por meio da ciência e do progresso tecnológico.
- d) A percepção de que a Terra é apenas um ponto minúsculo no espaço deve fortalecer o espírito de conquista da humanidade, ampliando sua ambição de dominar o cosmos como extensão natural de seu poder histórico.
- e) O “pálido ponto azul” denuncia o fracasso ético da espécie humana, que, mesmo diante da imensidão do Universo, insiste em acreditar na centralidade de seus valores e instituições.

3. É inteiramente correta a **redação** deste comentário sobre o texto:

- a) A vastidão do cosmos deveriam nos fazer refletir, sobre o quanto nossas disputas territoriais são insignificantes em frente à fragilidade da Terra.
- b) As guerras, que sempre se justificaram em nome de ideologias ou ambições imperiais, mostram-se inúteis quando observadas sob uma perspectiva cósmica.
- c) Carl Sagan convida-nos a uma consciência planetária, que obrigue-nos à rever valores, crenças e sistemas que sustentam as ilusões humanas.
- d) É necessário, segundo o autor, preservarmos o planeta que nos sustenta, visto que não haja, até o momento, outro lugar aonde se possa habitar.

e) À medida que nos afastamos do planeta, e observamos o ponto azul, nos é revelado que, diante do Universo, somos quase nada.

4. Indica-se para o segmento sublinhado de uma frase do texto uma forma equivalente quanto ao sentido e correta quanto à redação em

- a) *É ali. É a nossa casa. Somos nós.* = Significa que somos.
- b) *Toda a nossa mistura de alegria e sofrimento...* = O conjunto de nossas experiências de prazer e dor...
- c) *Somos nós. Nesse ponto, todos aqueles que amamos, que conhecemos...* = Identificamo-nos com isso. No local, todos os entes queridos, conhecidos ou ouvidos...
- d) *A Terra é um palco muito pequeno em uma imensa arena cósmica.* = O planeta Terra constitui um cenário diminuto dentro de um vasto teatro universal.
- e) *Não há nenhum indício de que, de algum outro mundo, virá socorro que nos salve de nós mesmos.* = Não se detecta indício de que algum auxílio venha de fora para nos salvar de nós mesmos.

**Atenção:** Para responder às questões de números 5 a 7, baseie-se no texto abaixo.

### [INTRODUÇÃO]

O Oriente não é um fato inerte da natureza. Não está meramente ‘ali’, assim como o próprio Ocidente não está apenas ‘ali’. Devemos levar a sério a grande observação de Vico<sup>1</sup> de que os homens fazem a sua própria história, de que só podem conhecer o que eles mesmos fizeram, e estendê-la à geografia: como entidades geográficas e culturais – para não falar de entidades históricas – tais lugares, regiões, setores geográficos, como o “Oriente” e o “Ocidente”, são criados pelo homem. Assim, tanto quanto o próprio Ocidente, o Oriente é uma ideia que tem uma história e uma tradição de pensamento, um imaginário e um vocabulário que lhe deram realidade e presença no e para o Ocidente. As duas entidades geográficas, portanto, sustentam e, em certa medida, refletem uma à outra. A relação entre o Ocidente e o Oriente é uma relação de poder, de dominação, de graus variáveis de uma hegemonia complexa.

(SAID, Edward. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 31-32. *Adaptado.*)

#### Observações:

1. Vico: Giambattista Vico (1668-1744) foi um filósofo político, retórico, historiador e jurista italiano, reconhecido como um dos grandes pensadores do Iluminismo.

5. De acordo com o autor, a implicação da observação de Vico em relação à geografia cultural significa que

- a) Apenas os povos orientais são capazes de compreender sua própria cultura, pois foram eles que a criaram.
- b) A geografia deve ser analisada como uma ciência exata, alheia às criações humanas e aos processos históricos.
- c) A observação de Vico não se aplica à geografia, pois trata apenas da história.
- d) O entendimento de regiões como “Oriente” e “Ocidente” depende da construção histórica e cultural feita pelo homem.

e) O pensamento de Vico é irrelevante para compreender as relações geográficas entre povos distintos.

6. Da leitura do texto deve-se depreender que a noção de “Oriente”:

- a) Está associada à essência imutável das culturas orientais, sendo reconhecida universalmente ao longo da história como um dado natural.
- b) Constitui-se como um reflexo do Ocidente, no qual a ideia de alteridade é usada para justificar relações de hegemonia cultural e política.
- c) Resulta de fatores exclusivamente linguísticos que influenciam o modo como diferentes civilizações nomeiam seus vizinhos.
- d) Representa um conjunto de práticas locais que se opõem necessariamente às práticas ocidentais, num binarismo naturalizado.
- e) É um dado geopolítico objetivo, consolidado por acordos entre nações desde o século XIX.

7. Os termos sublinhados exercem a mesma função sintática em:

- a) “O Oriente não é um fato inerte da natureza.” / “o Oriente é uma ideia que tem uma história...”
- b) “Devemos levar a sério a grande observação de Vico...” / “como entidades geográficas e culturais...”
- c) “o Oriente é uma ideia que tem uma história...” / “uma ideia que tem uma história e uma tradição de pensamento...”
- d) “O Oriente não é um fato inerte da natureza.” / “Não está meramente ‘ali’...”
- e) “só podem conhecer o que eles mesmos fizeram, e estendê-la à geografia” / “um imaginário e um vocabulário que lhe deram realidade e presença”

8. É inteiramente regular a pontuação da frase:

- a) Para Foucault, o poder não é somente repressivo, mas também produtivo; pois é capaz de induzir prazeres, formar saberes, e gerar discursos.
- b) O autor afirma, que o poder sempre se exerceu de maneira contínua e individualizada; sendo esta uma característica estrutural das sociedades desde a Antiguidade.
- c) A partir dos séculos XVII e XVIII, houve um aprimoramento nas técnicas de exercício do poder, tornando-o mais eficaz, menos custoso e mais difícil de resistir.
- d) As monarquias da Época Clássica não só desenvolveram, grandes aparelhos de Estado – exército, polícia, administração local – mas instauraram uma nova economia do poder.
- e) As técnicas até então usadas constituíam intervenções espetaculares e descontínuas do poder – cuja forma mais violenta era, o castigo exemplar.

“As novas técnicas são ao mesmo tempo muito mais eficazes e muito menos dispendiosas do que aquelas até então usadas”

9. Os termos destacados no trecho acima apresentam, respectivamente, ideias de

- a) alternância e consequência.
- b) causa e conclusão.
- c) oposição e proporção.
- d) explicação e finalidade.
- e) adição e comparação.

10. A adequada flexão e as normas de concordância verbais estão adequadamente observadas na frase:

- a) À rigidez do poder repressivo pode sobrevir práticas disciplinares que sejam mais eficazes.
- b) No sistema de vigilância moderno, o Estado interviu pontualmente nas condutas individuais.
- c) Convêm admitir que o poder não apenas reprime mas também induz comportamentos, saberes e discursos.

d) Naturalizam-se, ao longo do tempo, os efeitos do poder, como se eles proviessem de uma ordem natural das coisas.

e) O autor propõe que o poder se mantém menos por proibição e mais por indução, circulação e produção.

### RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA FINANCEIRA

*Eduardo Mocellin*

11. A sequência ilimitada de números a seguir obedece a uma lógica de formação:

16.672; 8.336; 8.340; 2.780; 2.784; 696; 700; ...

A soma entre o 8º, 10º e 13º termos é igual a

- a) 132
- b) 140
- c) 156
- d) 164
- e) 172

12. Pedro, Auditor da SEFAZ GO recém-empossado, deseja comprar um imóvel em Goiânia. A seguir, são apresentadas as informações fornecidas por um corretor relativas a quatro imóveis:

- Imóvel 1: é um imóvel do tipo Flat;
- Imóvel 2: é um imóvel do tipo Casa;
- Imóvel 3: está situado no bairro Jardim Goiás;
- Imóvel 4: está situado no bairro Parque Amazônia.

Para a compra do imóvel, Manuela, esposa de Pedro, impôs a condição de que se o imóvel não está no Parque Amazônia, então o imóvel precisa ser do tipo casa. Para certificar-se que os imóveis satisfazem essa condição, é necessário que Pedro verifique apenas:

- a) Os bairros dos imóveis 1 e 2.
- b) O tipo do imóvel 4 e o bairro do imóvel 1.
- c) O tipo do imóvel 3 e o bairro do imóvel 1.
- d) O tipo do imóvel 3 e o bairro do imóvel 2.
- e) Os tipos dos imóveis 3 e 4.

**13.** Das três afirmações a seguir, apenas uma é verdadeira.

- I. Se o projeto for aprovado, então o investimento será realizado.
- II. O investimento será realizado ou a empresa será vendida, ou as duas coisas.
- III. A empresa não será vendida e o projeto não foi aprovado.

Nessas condições, é necessariamente verdade que

- a) o projeto foi aprovado e o investimento será realizado.
- b) o projeto foi aprovado e a empresa será vendida.
- c) o projeto não foi aprovado e o investimento será realizado.
- d) o projeto não foi aprovado e a empresa será vendida.
- e) o investimento não será realizado nem a empresa será vendida.

**14.** Um fazendeiro investiu R\$ 30.000,00 em um sistema de irrigação para sua plantação. Considerando 1,08 como valor aproximado para  $e^{0,08}$ , o montante obtido ao final de 2 anos, caso o valor tivesse sido aplicado a uma taxa de 8% ao ano em regime de capitalização contínua, seria de:

- a) R\$ 32.400,00
- b) R\$ 32.500,00
- c) R\$ 34.800,00
- d) R\$ 34.992,00
- e) R\$ 35.100,00

**15.** Um fundo de investimento teve um rendimento nominal de 6,89% em um ano. No mesmo período, a inflação medida pelo índice geral de preços foi de 5%. O ganho real desse investimento, descontada a inflação, será de:

- a) 1,78%
- b) 1,80%
- c) 1,85%

- d) 1,89%
- e) 1,90%

**16.** Um investidor adquiriu um título financeiro no valor de R\$ 200.000,00, com direito a receber quatro parcelas anuais fixas de R\$ 132.000,00 cada. Após receber as duas primeiras parcelas, o investidor negociou a antecipação das duas últimas para recebê-las junto com a segunda parcela. Utilizando um desconto comercial composto à taxa de 10% ao ano, o valor do desconto aplicado sobre a quarta parcela será de:

- a) R\$ 20.160,00
- b) R\$ 22.440,00
- c) R\$ 24.000,00
- d) R\$ 25.080,00
- e) R\$ 26.400,00

**17.** Um empréstimo para financiar um projeto de expansão industrial deve ser pago em 6 anos com pagamentos consecutivos anuais. Se as prestações forem calculadas pelo Sistema de Amortização Constante (SAC), o valor da 3ª prestação será de R\$ 3.200,00. Se a prestação for calculada pelo Sistema de Amortização Misto (SAM), a 3ª prestação será de R\$ 3.175,00. Independentemente do método escolhido, a taxa de juros aplicada será de 7% ao ano. Nessas condições, o valor inicial do empréstimo está entre:

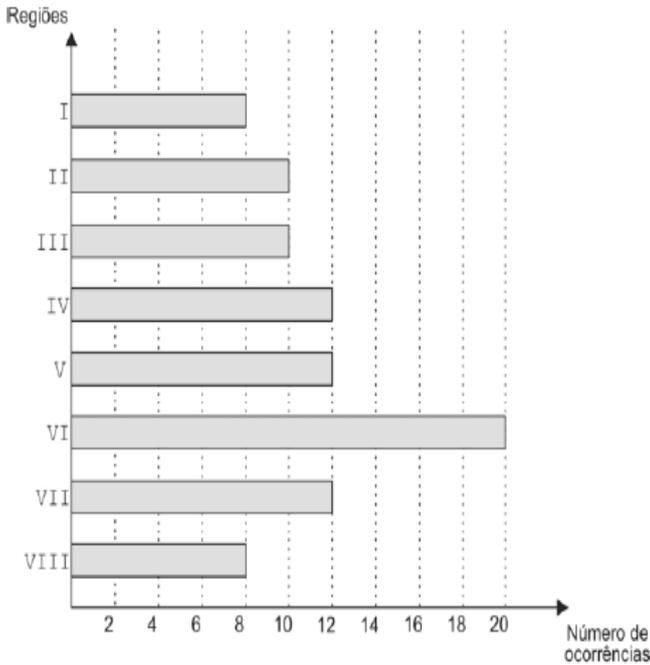
Considere  $(1,07)^6 \approx 1,5$ .

- a) R\$ 13.200,00 e R\$ 13.600,00
- b) R\$ 13.600,00 e R\$ 14.000,00
- c) R\$ 14.000,00 e R\$ 14.400,00
- d) R\$ 14.400,00 e R\$ 14.800,00
- e) R\$ 14.800,00 e R\$ 15.200,00

**ESTATÍSTICA**

*Carlos Henrique*

18. Corujinha fez um estudo sobre uma ocorrência em oito regiões metropolitanas. O resultado está mostrado no gráfico abaixo.



Sejam ME a mediana e  $\underline{x}$  a média aritmética do número de ocorrências. Com base no estudo de Corujinha, pode-se concluir que o valor da moda é igual a:

- a)  $3ME - 2\underline{x}$ .
- b)  $3\underline{x} - 2ME$ .
- c)  $2\underline{x} - ME$ .
- d)  $4\underline{x} - 3ME$ .
- e)  $2ME - \underline{x}$ .

19. A cientista Corujinha está estudando a relação entre duas variáveis  $x$  e  $y$ . A partir de um conjunto de dados de  $n$  pares de valores da forma  $(x_i, y_i)$ ,  $i=1, \dots, n$ , Corujinha deduziu que deveria aplicar um modelo de regressão linear simples.

Sabe-se que:

I.  $\bar{x} = 0,8$ ;

II.  $\bar{y} = 1,6$ ;

III.  $\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y}) = 100$ ;

IV.  $\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})^2 = 40$ .

Considerando os dados acima, a equação resultante da regressão linear é dada por

- a)  $\hat{y} = -0,4 + 2,5x$
- b)  $\hat{y} = -0,4 - 2,5x$
- c)  $\hat{y} = -1 + 2,5x$
- d)  $\hat{y} = -4 + 1,5x$
- e)  $\hat{y} = 4 - 1,5x$

20. Ao modelar um certo fenômeno, Corujinha decide que ele segue uma distribuição Binomial com 2000 repetições.

Corujinha então concluiu que o valor máximo da variância dessa variável é:

- a) 100.
- b) 200.
- c) 300.
- d) 400.
- e) 500.

**DIREITO CONSTITUCIONAL***João Trindade*

**21.** O Presidente da República, diante de uma situação de relevância e urgência, decide editar uma medida provisória, com força de lei. Assinale a alternativa que prevê uma matéria a respeito da qual essa autoridade não pode editar esse tipo de ato:

- a) para dispor sobre jornada de trabalho.
- b) para trazer regras de ajuizamento de ações e interposição de recursos.
- c) para abrir crédito extraordinário.
- d) para dispor sobre contrato de locação de imóvel urbano.
- e) criando uma nova hipótese de contrato de trabalho.

**22.** Se o Tribunal de Contas do Estado, ilegalmente, negar registro à aposentadoria do servidor efetivo Fulano, cujo processo encontrava-se na corte de contas há mais de cinco anos, o servidor pode ajuizar:

- a) *habeas corpus*.
- b) *habeas data*.
- c) mandado de injunção.
- d) mandado de segurança.
- e) ação popular.

**23.** O Município de Pires do Rio editou lei ordinária dispondo sobre o horário de funcionamento do comércio municipal. À luz da jurisprudência do STF, pode-se afirmar que essa lei é:

- a) inconstitucional, por invadir competência privativa da União para legislar sobre direito comercial.
- b) constitucional, desde que a União tenha editado lei complementar delegando essa competência.
- c) constitucional.

d) inconstitucional, uma vez que a matéria, embora seja de competência municipal, exige lei complementar.

e) inconstitucional, por invadir a competência residual dos Estados.

**24.** O Prefeito do Município de Niquelândia decidiu delegar ao Procurador-Geral do Município a competência para extinguir, mediante decreto, diversos cargos e funções públicas que estavam vagos. A oposição, porém, suscitou a inconstitucionalidade dessa medida. Pode-se afirmar que, à luz da Constituição e da jurisprudência:

- a) O prefeito possui essa competência, mas ela é indelegável.
- b) O Prefeito não possui essa competência.
- c) O Prefeito possui essa competência e ela é delegável, mas não para a autoridade citada.
- d) O Prefeito possui essa competência, mas ela só pode ser delegada em situações excepcionais.
- e) O Prefeito possui essa competência e ela é delegável, inclusive para a autoridade citada.

**25.** Nos termos da Constituição Federal, os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade:

- a) subsidiária
- b) complementar
- c) indireta
- d) solidária
- e) penal

**26.** Wesskkleysson, prefeito do Município Alfa, localizado no Estado Beta, está em seu segundo mandato consecutivo à frente da prefeitura. Sabendo estar inelegível para o cargo de prefeito de Alfa nas eleições de 2024, e conhecedor de sua fama no município vizinho de Zeta, decide para lá transferir seu domicílio eleitoral, na expectativa de candidatar-se a prefeito de Zeta nas eleições de 2024.

Ao consultar sua assessoria jurídica acerca dessa possibilidade, foi-lhe esclarecido corretamente que:

- a) poderá candidatar-se a prefeito de Zeta, uma vez que sua inelegibilidade atinge apenas o território de Alfa.
- b) não poderá candidatar-se a prefeito nas eleições de 2024, mesmo que em outro município.
- c) poderá candidatar-se a prefeito de Zeta, mas não poderá concorrer à reeleição.
- d) poderá candidatar-se a prefeito de Zeta, desde que renuncie ao cargo atual até seis meses antes do pleito.
- e) encontra-se inelegível para qualquer cargo nas eleições de 2024.

**27.** A respeito do Sistema Tributário e da Ordem Econômica, pode-se afirmar corretamente que:

- a) é vedado aos entes federativos instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.
- b) é vedado aos entes federativos instituir impostos sobre entidades religiosas e templos de qualquer culto, excetuadas suas organizações assistenciais e beneficentes.
- c) como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para os setores público e privado.
- d) é vedada a concessão de tratamento beneficiado às empresas de pequeno porte.

e) compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até trinta anos.

**28.** A respeito da Tributação e do Orçamento, julgue os itens a seguir:

- I – A imunidade tributária, como hipótese constitucional de não incidência de tributos, garante que não sejam cobrados impostos da empresa estatal federal de serviços postais, em relação às suas atividades-fim.
- II – O serviço público de iluminação pública pode ser remunerado mediante taxa.
- III – Compete aos Estados e Municípios instituir a Contribuição sobre Bens e Serviços, criada pela Reforma Tributária (EC nº 132/23).

Está(ão) correto(s), apenas:

- a) I e II
- b) II e III
- c) I e III
- d) I
- e) II

**CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS***Rodrigo Bet*

**29.** De acordo com a Constituição do Estado de Goiás, é correto afirmar que a proposta de emenda constitucional poderá ser apresentada:

- a) por um quinto dos Deputados Estaduais.
- b) por um terço das Câmaras Municipais do Estado, independentemente de manifestação de seus membros.
- c) por iniciativa popular, desde que subscrita por 1% do eleitorado do Estado, em ao menos cinco Municípios.
- d) pelo Governador do Estado.
- e) pelo Tribunal de Justiça do Estado.

**30.** Nos termos da Constituição do Estado de Goiás, quanto à composição do Tribunal de Contas do Estado (TCE/GO), é correto afirmar que:

- a) todos os Conselheiros do TCE/GO são escolhidos exclusivamente pela Assembleia Legislativa.
- b) o Governador do Estado escolhe 2 Conselheiros, ambos de livre nomeação.
- c) dos sete Conselheiros, quatro são escolhidos pela Assembleia Legislativa e três pelo Governador do Estado, com aprovação daquela Casa.
- d) o Ministério Público junto ao TCE/GO indica diretamente dois Conselheiros, sem necessidade de lista tríplice.
- e) dos sete Conselheiros, três são escolhidos pela Assembleia Legislativa e quatro pelo Governador do Estado, com aprovação daquela Casa.

**DIREITO ADMINISTRATIVO***Herbert Almeida*

**31.** Determinada empresa pública estadual, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio e capital integralmente público, foi condenada, por sentença transitada em julgado, ao pagamento de dívida trabalhista. A empresa atua na exploração de atividade econômica, concorrendo com empresas privadas e com finalidade de lucro. Diante da inércia da empresa em quitar o débito, o juízo determinou a penhora de seus bens. Com base na situação narrada e na jurisprudência do STF, é correto afirmar que:

- a) por ser empresa pública, está automaticamente sujeita ao regime de precatórios, sendo vedada a constrição de seus bens.
- b) está submetida ao regime de precatórios, pois o simples fato de ser empresa estatal garante-lhe tal prerrogativa, ainda que atue com finalidade lucrativa, mas desde que focada na busca do interesse público.
- c) a atuação em regime concorrencial afasta o regime de precatórios, mas a ausência de lucro permitiria o processamento da execução por precatório.
- d) está sujeita à execução direta, com possibilidade de penhora de bens, pois, embora seja empresa pública, exerce atividade econômica em regime de concorrência e com finalidade de lucro.
- e) a execução da dívida deve observar o regime de precatórios, desde que o serviço prestado pela empresa represente relevante interesse coletivo ou imperativo de segurança nacional.

**32.** Com base na jurisprudência sumulada do Superior Tribunal de Justiça a respeito do processo administrativo disciplinar (PAD), assinale a alternativa correta:

- a) a instauração de PAD com base em denúncia anônima é vedada, mesmo que precedida de apuração preliminar.
- b) a ausência de prejuízo à defesa torna automaticamente nulo o processo administrativo disciplinar quando há excesso de prazo para sua conclusão.
- c) a utilização de prova emprestada em PAD é válida, ainda que não autorizada pelo juízo de origem, desde que respeitado o contraditório.
- d) a portaria de instauração do PAD deve conter a descrição minuciosa dos fatos imputados ao servidor, sob pena de nulidade.
- e) a instauração de PAD com base em denúncia anônima é permitida, desde que haja apuração preliminar devidamente fundamentada.

**33.** Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre responsabilidade civil em concursos públicos cancelados por indícios de fraude, assinale a alternativa correta:

- a) a responsabilidade do Estado é solidária com a da instituição privada contratada, cabendo ao candidato escolher contra quem propor a ação indenizatória.
- b) a pessoa jurídica de direito privado organizadora do certame responde apenas de forma subsidiária, cabendo ao Estado a responsabilidade primária pelos danos causados aos candidatos.
- c) a entidade organizadora responde diretamente pelos danos, e o Estado somente será responsabilizado de forma subsidiária, caso reste comprovada a insolvência daquela.
- d) em qualquer hipótese de anulação do certame, a responsabilidade exclusiva recai sobre a Administração Pública, independentemente de culpa da organizadora.

e) em concursos públicos, quando há cláusula contratual transferindo à organizadora toda a responsabilidade por fraudes, exclui-se qualquer possibilidade de responsabilização estatal, mesmo que subsidiária.

**34.** Durante viagem noturna por uma rodovia federal, concedida à empresa Zelta, Pedro colidiu com uma vaca solta na pista, resultando em danos ao veículo e lesões corporais leves. A concessionária alegou ausência de responsabilidade, sustentando que a culpa era exclusiva do proprietário do animal e que não havia como evitar o ingresso inesperado do animal na via. Pedro ajuizou ação de indenização. Com base na jurisprudência do STJ sobre o tema, é correto afirmar:

- a) a concessionária somente será responsabilizada se comprovada sua culpa, aplicando-se, nesse caso, a teoria da culpa administrativa.
- b) a responsabilidade da concessionária é subsidiária, pois decorre do dever de fiscalização do ente público concedente.
- c) a responsabilidade da concessionária depende da identificação do proprietário do animal, com possibilidade de regresso caso ele não seja encontrado.
- d) a concessionária responde objetivamente pelos danos causados por animais domésticos na pista, aplicando-se o Código de Defesa do Consumidor.
- e) a responsabilidade da concessionária está afastada diante da ocorrência de fato de terceiro, como é o caso de animal solto por proprietário desconhecido.

**35.** Acerca da tutela provisória de indisponibilidade de bens no âmbito da ação de improbidade administrativa, assinale a alternativa correta, conforme a Lei nº 8.429/1992, com redação dada pela Lei nº 14.230/2021, e entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

- a) a indisponibilidade de bens pode recair sobre valores referentes à multa civil e ao acréscimo patrimonial decorrente de atividade lícita, desde que não ultrapasse o valor do dano.
- b) a decretação de indisponibilidade de bens exige apenas a demonstração genérica de que o ato de improbidade pode gerar prejuízo ao erário.
- c) as alterações trazidas pela Lei nº 14.230/2021 não se aplicam aos processos em curso, em respeito ao princípio do *tempus regit actum*.
- d) a indisponibilidade de bens poderá ser revista nos processos em curso, aplicando-se a exigência de demonstração concreta de risco ao resultado útil do processo para fins de declaração ou manutenção da indisponibilidade.
- e) a indisponibilidade de bens poderá recair sobre qualquer tipo de valor financeiro existente em contas bancárias, sem qualquer limitação legal.

**36.** Sobre a aposentadoria compulsória no serviço público, à luz da Constituição Federal, da legislação complementar e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- a) o servidor efetivo, ao completar 75 anos, será aposentado compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- b) o servidor efetivo aposentado compulsoriamente não pode ser nomeado para cargo em comissão na Administração Pública.
- c) o servidor ocupante de cargo exclusivamente em comissão está submetido ao regime próprio de previdência social e, portanto, será aposentado ao atingir a idade da aposentadoria compulsória.
- d) a aposentadoria compulsória aplica-se indistintamente aos servidores efetivos e àqueles ocupantes exclusivamente de cargo em comissão.

e) a Constituição veda expressamente a permanência de qualquer servidor público em atividade após os setenta e cinco anos, independentemente da natureza do cargo.

**37.** Acerca do regime das concessões comuns e das parcerias público-privadas (PPPs), regulados, respectivamente, pelas Leis nº 8.987/1995 e nº 11.079/2004, assinale a alternativa correta:

- a) as parcerias público-privadas podem ser celebradas para prestação de serviços públicos com valor contratual inferior a R\$ 10 milhões.
- b) as concessões patrocinadas caracterizam-se pelo pagamento de contraprestação pecuniária pelo parceiro público, além da tarifa cobrada dos usuários.
- c) na concessão comum, os critérios de julgamento serão definidos em edital, cabendo sempre ao licitante apresentar a proposta de preço da concessão.
- d) os contratos de parcerias público-privadas podem ser celebrados por prazo indeterminado, dada a complexidade dos investimentos.
- e) as concessões administrativas são modalidades previstas na Lei nº 8.987/1995 e aplicam-se exclusivamente a serviços delegáveis a pessoas jurídicas de direito privado.

**38.** Durante a execução de um contrato administrativo firmado por autarquia federal para a construção de uma ponte em área urbana, o engenheiro fiscal da obra atestou o cumprimento das exigências técnicas e lavrou termo de recebimento provisório. Após 90 dias, uma comissão designada pela autoridade competente elaborou termo detalhado, confirmando o cumprimento integral das obrigações contratuais. Contudo, dois anos após o recebimento definitivo, identificou-se falha grave na fundação da estrutura, exigindo reparo emergencial. Com base na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta:

- a) o recebimento definitivo pela Administração exime o contratado de qualquer responsabilidade, salvo previsão expressa em edital.
- b) a responsabilidade do contratado pela solidez e segurança da obra é subjetiva e limita-se ao prazo de dois anos após o recebimento definitivo.
- c) o contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração, mas eventuais danos causados a terceiros em razão da execução do contrato serão de responsabilidade do Estado, que poderá propor ação de regresso contra a contratada, nos casos de dolo ou culpa.
- d) os testes e provas técnicas para aferição da qualidade da fundação devem correr por conta da Administração, salvo previsão contratual em contrário.
- e) a Administração pode exigir a reparação da falha, pois a responsabilidade objetiva do contratado se estende por, no mínimo, cinco anos após o recebimento definitivo.

**39.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação de uma licitação, e após o esgotamento dos recursos administrativos, o processo foi encaminhado à autoridade superior. No entanto, antes da homologação, a autoridade detectou um erro na análise da documentação de habilitação de um dos licitantes e constatou que o projeto-base estava desatualizado frente a mudanças normativas ocorridas após a publicação do edital. Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta:

- a) a autoridade superior deverá adjudicar e homologar a licitação, uma vez que as fases anteriores já foram superadas e a anulação é vedada após o esgotamento dos recursos.
- b) a autoridade poderá revogar a licitação com base na desatualização do projeto, independentemente de qualquer fato novo ou manifestação dos interessados.
- c) a presença de vício sanável obriga a anulação do processo, com indicação dos atos viciados e apuração de responsabilidade.
- d) a anulação da licitação, mesmo diante de vício insanável, exige a prévia manifestação dos interessados.
- e) a revogação da licitação por conveniência poderá ocorrer sem fato superveniente, a critério da autoridade competente.

40. Carlos solicitou à secretaria de um órgão público estadual informações relativas à execução orçamentária de um programa de fomento à cultura local, bem como os relatórios de auditoria interna realizados nos últimos cinco anos. A autoridade respondeu negando o acesso às informações sem apresentar qualquer fundamentação. Carlos, inconformado, procurou a ouvidoria do órgão. Com base na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), assinale a alternativa correta:

- a) a autoridade agiu corretamente, pois pode negar o acesso a informações sem fundamentação nos casos em que há presunção de sigilo pela Administração.
- b) o acesso à informação independe de requerimento formal, devendo ser assegurado apenas em casos de relevante interesse público.
- c) a recusa injustificada ao fornecimento da informação sujeita o agente público responsável à abertura de sindicância, mas apenas se houver pedido formal do interessado.
- d) o pedido de Carlos deve ser reiterado junto à autoridade superior, pois informações de auditoria estão entre aquelas sigilosas por interesse da Administração.
- e) a informação sobre execução orçamentária e auditoria interna deve ser divulgada independentemente de requerimento, por se tratar de interesse coletivo.

## **DIREITO FINANCEIRO**

*Luciana Marinho*

41. Conforme preceitua a LRF, assinale a alternativa incorreta:

- a) Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a criação, previsão e efetiva auferição de todos os tributos da competência constitucional do ente federativo;
- b) Não é permitida a realização de transferências voluntárias para a entidade federativa que não observe o disposto no item anterior, no que se refere aos impostos.
- c) As previsões de receita deverão atender às normas técnicas e previstas em lei, considerarão as consequências das alterações na legislação, da mudança do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator importante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução no último triênio, da projeção para biênio seguinte àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.
- d) Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.
- e) O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no máximo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

**42.** Com base na LRF, assinale alternativa falsa:

- a) dos limites para gastos com pessoal, quanto à remuneração dos servidores, a LRF não cita qualquer hipótese (sem exceção) de limite dos entes federativos que ultrapasse a 60% das receitas líquidas correntes.
- b) quanto aos limites para o endividamento, mediante proposta do presidente da república, o senado pode aprovar uma revisão.
- c) o planejamento orçamentário deve estabelecer metas fiscais para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
- d) a operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e cumprirá algumas exigências previstas na LRF, entre elas, deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de cada ano;
- e) permite-se que o prefeito de Goiânia, no último ano do mandato, antecipe receitas tributárias por meio de empréstimo de curto prazo.

**43.** De acordo com a lei 4.320/64 no tocante à receita e despesas, assinale alternativa errada:

- a) Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da Constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.
- b) São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente.
- c) O superávit do Orçamento Corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas

correntes não constituirá item de receita orçamentária.

- d) São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, exceto, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.
- e) A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas em receitas correntes e receitas de capital.

**44.** Em relação à receita pública, a Lei 4.320/64 afirma que a receita, cuja arrecadação se origina de concessões e permissões de serviços de transporte, é considerada como:

- a) receitas de transferências.
- b) receitas de serviços.
- c) receitas de operações de créditos.
- d) receitas patrimoniais.
- e) outras receitas correntes.

**45.** De acordo com a Lei 4.320/64, que trata das finanças públicas no Brasil, qual das seguintes opções é considerada uma receita patrimonial:

- a) Impostos sobre a propriedade de veículos automotores.
- b) Juros e dividendos provenientes de investimentos realizados pelo ente público.
- c) Tarifas cobradas pela prestação de serviços públicos específicos.
- d) Multas aplicadas em decorrência de infrações à legislação municipal.
- e) Operação de crédito.

**DIREITO CIVIL***Mário Godoy*

**46.** Com relação à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) A lei do país em que residir a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.
- b) Realizando-se o casamento no Brasil, será aplicada a lei brasileira quanto aos impedimentos dirimentes, às formalidades da celebração e ao regime de bens.
- c) Para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplica-se a lei do país em que domiciliado o proprietário.
- d) A obrigação resultante de contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente.
- e) A lei do último domicílio do *de cujus* regula a capacidade para suceder.

**47.** Com relação às associações e fundações, assinale a alternativa correta.

- a) Não há, entre associados, direitos e obrigações recíprocos.
- b) A qualidade de associado é transmissível, se o estatuto não dispuser o contrário.
- c) Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou instrumento particular, dotação especial de bens livres.
- d) Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão, se de outro modo não dispuser o instituidor, reincorporados ao patrimônio deste.
- e) Velará pelas fundações o Tribunal de Contas do Estado onde situadas.

**48.** Com relação à mora, assinale a alternativa correta.

- a) Não se admite a imputação de mora ao credor da relação jurídica.
- b) O devedor incorre em mora, ainda que por fato ou omissão a ele não imputável.
- c) O inadimplemento de obrigação positiva e líquida, no seu termo, constitui em mora o devedor, após a sua interpelação judicial ou extrajudicial.
- d) Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora desde a citação.
- e) O devedor em mora responde pela impossibilidade da prestação, embora essa impossibilidade resulte de caso fortuito ou força maior, se estes ocorrem durante o atraso, salvo se provar isenção de culpa, ou que o dano sobreviria ainda quando a obrigação fosse oportunamente desempenhada.

**49.** Com relação ao usufruto, nos termos do Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) Se no prédio em que recai o usufruto há florestas ou recursos minerais, o usufrutuário não terá direito de proceder à sua exploração.
- b) Não se pode transferir o usufruto por alienação.
- c) Não se pode ceder o exercício do usufruto a título gratuito.
- d) Os frutos naturais, pendentes ao tempo em que cessa o usufruto, pertencem ao usufrutuário, caso este haja concorrido para as despesas de produção.
- e) Incumbem ao nu-proprietário os tributos devidos pela posse ou rendimento da coisa usufruída.

**DIREITO EMPRESARIAL***Cadu Carrilho*

50. Adotou-se no país a Teoria da Empresa que define as características de um empresário. A respeito dos conceitos legais envolvendo empresa e empresário, marque a opção correta:

- a) Se o representante ou assistente do incapaz for pessoa que, por disposição de lei, não puder exercer atividade de empresário, o juiz nomeará um ou mais gerentes.
- b) A prova da emancipação e da autorização do incapaz, no caso de continuidade do exercício da empresa por incapaz, e a de eventual revogação desta, serão inscritas ou averbadas no Registro Público de Empresas Mercantis.
- c) Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal de bens, ou no da separação convencional.
- d) O empresário casado pode, depois da outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.
- e) Serão arquivados e averbados, apenas no Registro Civil, os pactos e declarações antenupciais do empresário, o título de doação, herança, ou legado, de bens clausulados de incomunicabilidade ou inalienabilidade.

51. Em nosso ordenamento existe a possibilidade de enquadramento das sociedades empresárias em uma situação jurídica específica que pode ser como microempresa ou empresa de pequeno porte. Sobre isso, analise cada item abaixo e depois marque a opção adequada:

- I - Para os efeitos da lei, podem ser considerados microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere a legislação, desde que devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, e a depender da receita bruta.
- II - Será microempresa a que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).
- III - Será considerada empresa de pequeno porte a que auferir, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).
- IV - Considera-se receita bruta, para fins de enquadramento como microempresa e empresa de pequeno porte, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados, o resultado nas operações em conta alheia e as demais receitas da atividade ou objeto principal das microempresas ou das empresas de pequeno porte, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

Estão corretos os itens:

- a) I e IV.
- b) I, II, III e IV.
- c) I, II e III.
- d) II, III e IV.
- e) Nenhuma.

52. A respeito da sociedade limitada e as regras de administração, marque a opção que está de acordo com a lei:

- a) A sociedade limitada é administrada por uma ou mais pessoas designadas no contrato social ou em ato separado, sendo que a administração atribuída no contrato a todos os sócios se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade.
- b) O administrador designado em ato separado investir-se-á no cargo mediante termo de posse no livro de atas da administração, se o termo não for assinado nos quinze dias seguintes à designação, esta se tornará sem efeito.
- c) A designação de administradores não sócios dependerá da aprovação de, no mínimo, dois terços dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e da aprovação de titulares de quotas correspondentes a mais da metade do capital social, após a integralização.
- d) O exercício do cargo de administrador cessa pela destituição, após o primeiro ano, do titular, ou pelo término do prazo se, fixado no contrato ou em ato separado, não houver recondução.
- e) Tratando-se de sócio nomeado administrador no contrato, sua destituição somente se opera pela aprovação de titulares de quotas correspondentes a mais da metade do capital social, mesmo que o contrato preveja de maneira diferente.

## **DIREITO PENAL**

*Renan Araujo*

53. A imputabilidade penal é a capacidade mental de o agente, ao tempo do fato, entender o caráter ilícito de sua conduta e comportar-se de acordo com esse entendimento.

Sobre a imputabilidade penal, assinale a alternativa correta.

- a) a legítima defesa e a coação moral irresistível afastam a imputabilidade penal.
- b) a obediência hierárquica e a coação moral irresistível afastam a imputabilidade penal.
- c) a doença mental afasta a imputabilidade penal, tendo sido adotado o critério biológico.
- d) a embriaguez jamais afasta a imputabilidade penal.
- e) a menoridade e a embriaguez acidental completa afastam a imputabilidade penal.

54. Sobre os crimes contra a fé pública, assinale a alternativa correta:

- a) A adulteração de testamento particular verdadeiro configura o crime de falsificação de documento público.
- b) A inserção de informação falsa em documento particular, com o fim de prejudicar direito, configura o crime de falsificação de documento particular.
- c) A pena cominada ao crime de uso de documento falso não leva em consideração o tipo de documento utilizado.
- d) O crime de falsidade ideológica, quando em documento público, é considerado um crime próprio.
- e) No crime de falsificação de documento público, se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de um terço.

55. Bruno, Auditor-Fiscal do estado de Goiás, ao dirigir-se até determinado estabelecimento comercial para realizar uma fiscalização tributária, foi recebido a socos por Victor, dono da empresa, que buscava impedir a realização do ato, alegando que “não havia nada a ser fiscalizado ali”. Bruno, em razão das agressões, acabou sofrendo lesão corporal gravíssima, e a fiscalização acabou não sendo realizada naquela data.

Nesse caso, a conduta de Victor configura:

- a) Resistência simples, apenas.
- b) Resistência qualificada e lesão corporal gravíssima.
- c) Desobediência e lesão corporal gravíssima.
- d) Resistência qualificada, apenas.
- e) Desobediência, apenas.

## ECONOMIA

*Marcos Nihari*

56. Em relação à eficácia da política monetária e da política fiscal, o modelo IS-LM informa que

- a) uma expansão monetária irá provocar redução da taxa de juros, sem alteração no nível da renda, caso a curva IS seja horizontal.
- b) o aumento da tributação, apesar de não deslocar as curvas IS-LM, terá como efeito a redução da taxa de juros e da renda de equilíbrio.
- c) uma política monetária de elevação do gasto público será mais eficaz quanto mais inclinada for a curva LM.
- d) a elevação do gasto do governo estimula a atividade econômica e aumenta a renda de equilíbrio, mas, ao elevar a taxa de juros, o impacto será parcialmente limitado devido ao efeito *crowding out*.
- e) a armadilha da liquidez ocorre quando a taxa de juros se encontra em nível tão alto que a política fiscal perde sua eficácia.

57. Assuma uma economia cujo produto interno bruto a preços correntes tenha sido igual a \$ 240 bilhões em 2023 e \$ 216 bilhões em 2024. Também, o índice de preços passou de 120 para 108, tomando-se como base os preços de 2020. Considerando esses valores, conclui-se que

- a) o crescimento real do PIB no referido período foi negativo.
- b) o PIB real dessa economia não se alterou.
- c) os preços dos bens e serviços nessa economia diminuíram 12%.
- d) embora o PIB a preços correntes tenha diminuído, o PIB a preços constantes aumentou.
- e) a forte inflação nessa economia pode ser explicada pela retração da oferta de produto no período.

58. Acerca do balanço de pagamentos e da política cambial em uma economia aberta com perfeita mobilidade de capitais, considere:

- I. Uma política de valorização cambial tende a melhorar a balança comercial.
- II. Para que o governo sustente uma política de câmbio fixo, é necessário que o país possua reservas internacionais suficientemente altas.
- III. Em um regime de câmbio flutuante, com livre mobilidade de capitais, a política monetária é passiva.
- IV. A contratação de seguros no exterior por parte de residentes prejudicará o saldo da balança comercial.
- V. Em um regime de câmbio flutuante, uma política monetária expansionista poderá levar a um *superávit* da balança comercial.

Está correto o que se afirma em

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) II e V.
- d) I, III e IV.
- e) II, IV e V.

59. Considere as seguintes equações como expressões das curvas de demanda e de oferta de alimentos em um mercado caracterizado pela concorrência perfeita:

$$Q_d = 240 - 10p$$

$$Q_s = 30 + 5p$$

onde  $Q_d$  é a quantidade demandada,  $Q_s$  é a quantidade ofertada e  $p$  o preço dos alimentos.

A adoção pelo governo brasileiro de um imposto específico no valor de R\$ 3,00 sobre os alimentos, em relação ao equilíbrio antes da tributação, resulta em

- a) um preço de equilíbrio pago pelo consumidor igual a R\$ 17.
- b) redução da quantidade de equilíbrio superior à redução que seria ocasionada caso fosse adotado um imposto *ad valorem* de 20% sobre o preço dos alimentos.
- c) assunção da maior parte da carga tributária pelos consumidores desse mercado.
- d) peso morto menor do que a soma da perda de excedente do consumidor com a perda de excedente da firma.
- e) deslocamento da curva de oferta para a direita.

60. Caso o governo adote uma política de redução do preço da energia elétrica para a indústria nacional e redução das tarifas de importação para os consumidores,

- a) se as firmas estrangeiras ofertarem bens substitutos aos bens nacionais, ocorrerá aumento da elasticidade-preço da demanda.
- b) a curva de oferta das firmas se deslocará para a esquerda.
- c) as quantidades de equilíbrio serão menores caso as firmas operem em oligopólio de Bertrand, comparativamente ao oligopólio de Cournot, mesmo antes dessa política.
- d) os preços de equilíbrio desse mercado tendem a aumentar.

e) as firmas que se encontrem em concorrência monopolística maximizarão seus lucros em um ponto em que a receita marginal seja superior ao custo marginal de produção.

61. Considere as afirmações abaixo sobre a classificação e as formas de cobrança dos tributos:

- I. Um imposto que não altere as decisões alocativas dos diferentes agentes é classificado como um imposto proporcional.
- II. Impostos do tipo *lump-sum* costumam ser progressivos.
- III. Os impostos indiretos geralmente são não distorcivos.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) nenhuma das afirmativas.

62. Após a implementação de um imposto específico sobre determinado produto, o peso morto gerado nesse mercado será nulo

- a) caso a demanda seja perfeitamente elástica.
- b) caso a oferta seja perfeitamente elástica.
- c) caso a demanda e a oferta sejam elásticas.
- d) caso a demanda seja perfeitamente inelástica.
- e) caso o imposto desincentive todas as transações desse mercado.

**63.** Acerca da análise da tributação e seus impactos, é correto afirmar que

- a) a Curva de Laffer indica que, caso a arrecadação pública esteja em níveis baixos, a elevação da alíquota tributária provocará um aumento mais do que proporcional na receita pública.
- b) a Regra de Ramsey afirma que o governo deve tributar mais fortemente os bens supérfluos em relação aos bens essenciais.
- c) a tributação será cada vez mais neutra caso o governo tribute com alíquotas cada vez menores os bens com demanda inelástica em relação aos bens com demanda elástica.
- d) de acordo com a Regra de Ramsey, as pessoas que mais se beneficiam com uma política pública devem arcar com a maior parte da carga tributária.
- e) caso a Curva de Laffer seja assimétrica, com a cauda esquerda mais longa do que a cauda direita, então a tributação ótima ocorrerá com uma alíquota superior a 50%.

**64.** Um sistema tributário é dito eficiente no sentido de Pareto

- a) se for possível melhorar a situação de alguém sem piorar a situação dos demais.
- b) se for possível melhorar a situação de alguém junto com a situação de outra pessoa.
- c) quando a piora da situação de alguém também causa a piora na situação de outra pessoa.
- d) quando a melhora da situação de alguém causa a piora na situação de outra pessoa.
- e) se não for possível melhorar a situação de alguém sem melhorar a situação de outra pessoa.

**65.** Considere que um país hipotético tenha apresentado, em milhões de unidades monetárias, os seguintes agregados econômicos:

- Produto Interno Bruto a preços de mercado = 26.365
  - Consumo de capital fixo = 2.368
  - Impostos indiretos = 864
  - Impostos diretos = 615
  - Subsídios concedidos = 237
  - Pagamentos de renda de fatores ao resto do mundo = 558
  - Recebimentos de renda de fatores do resto do mundo = 683
  - Consumo das famílias = 951
  - Gasto do Governo = 954
  - Investimentos totais = 456
- Utilizando essas informações, o valor do Produto Nacional Líquido (PNL) a custo de fatores desse país é

- a) 22.880
- b) 23.495
- c) 23.245
- d) 22.630
- e) 28.231

**CONTABILIDADE GERAL***Marcondes Fortaleza*

**66.** Considere as seguintes informações sobre cinco ativos adquiridos pela companhia MAVIFOR:

I. A Cia. fez uma aplicação financeira em um fundo de investimento que rende 1% am, com resgate em 200 dias.

II. A Cia. adquiriu ações da Cia. C e as classificou como para negociação.

III. A Cia. adquiriu da Cia. D um conjunto de máquinas especiais para revendê-los.

IV. A Cia. adquiriu títulos para manter até o vencimento, sendo este em dois anos.

V. A Cia. tem um terreno, que não está sendo usado nem alugado, onde ela pretende construir futuramente uma filial.

A correta classificação dos ativos no balanço patrimonial, seguindo a ordem apresentada será:

a) circulante, circulante, circulante, realizável a longo prazo e investimento.

b) investimento, circulante, imobilizado, investimento e imobilizado.

c) circulante, circulante, imobilizado, realizável a longo prazo e imobilizado.

d) realizável a longo prazo, investimento, circulante, circulante e investimento.

e) investimento, investimento, circulante, circulante e investimento.

**67.** Em 01/09/2021, uma entidade pagou antecipadamente o seguro de seus veículos com vigência de três anos, no valor de R\$ 36.000, com início de utilização imediata. Assinale a opção que indica a contabilização da despesa antecipada com seguro no Balanço patrimonial da entidade, em 31/12/2021.

a) Ativo Circulante: R\$ 12.000 / Ativo não Circulante: R\$ 12.000.

b) Ativo Circulante: R\$ 16.000 / Ativo não Circulante: R\$ 20.000.

c) Ativo Circulante: R\$ 12.000 / Ativo não Circulante: R\$ 20.000.

d) Ativo Circulante: R\$ 4.000 / Ativo não Circulante: R\$ 32.000.

e) Ativo Circulante: R\$ 12.000 / Ativo não Circulante: 0.

**68.** Sobre o CPC 27, que trata do Ativo Imobilizado, marque a assertiva incorreta:

a) Sobressalentes, peças de reposição, ferramentas e equipamentos de uso interno são classificados como ativo imobilizado quando a entidade espera usá-los por mais de um período. Da mesma forma, se puderem ser utilizados somente em conexão com itens do ativo imobilizado, também são contabilizados como ativo imobilizado.

b) O custo de um item de ativo imobilizado é equivalente ao preço à vista na data do reconhecimento. Se o prazo de pagamento excede os prazos normais de crédito, a diferença entre o preço equivalente à vista e o total dos pagamentos deve ser reconhecida como receita com juros durante o período.

c) Após o reconhecimento como um ativo, o item do ativo imobilizado cujo valor justo possa ser mensurado confiavelmente pode ser apresentado, se permitido por lei, pelo seu valor reavaliado, correspondente ao seu valor justo à data da reavaliação menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas subsequentes.

d) É possível um terreno ter vida útil limitada e, assim, ser depreciado.

e) O reconhecimento dos custos no valor contábil de um item do ativo imobilizado cessa quando o item está no local e nas condições operacionais pretendidas pela administração.

69. A empresa CAFÉ COM CONTABILIDADE S.A., em dezembro de 2024, apresentou os passivos contingentes a seguir:

Processos	Valor estimado (em R\$ mil)	Classificação dada pela área jurídica
X	300	Possível
Y	180	Provável
Z	40	Remoto

Com base nessas informações, a empresa CAFÉ COM CONTABILIDADE S.A. é requerida a apresentar em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2024, passivo contingente no valor, em reais, de:

- a) R\$ 300,00.
- b) R\$ 480,00.
- c) R\$ 520,00.
- d) R\$ 180,00.
- e) R\$ 40,00.

70. A empresa MAVIFOR possui um equipamento, cujo valor contábil, em 31.12.2020, está demonstrado a seguir:

Valor de aquisição..... R\$ 400.000,00  
 (-) Depr. Acumulada .....(R\$ 205.000,00)  
 (-) Perda por Desvalorização.. (R\$ 2.000,00)  
 (=) Valor contábil..... R\$ 193.000,00

Em 31.12.2021, procedendo-se ao teste de recuperabilidade do valor desses equipamentos (*impairment test*), foram obtidas as seguintes estimativas:

- Valor em Uso..... R\$ 193.500,00
- Valor Justo.....R\$ 200.000,00

Em consequência, a companhia MAVIFOR deverá registrar em 31.12.2021:

- a) uma perda de 500,00.
- b) um ganho de 500,00.
- c) um ganho de 2.000,00.
- d) um ganho de 7.000,00.

e) a companhia não deverá fazer qualquer registro.

71. A empresa MAVIFOR S.A. apresentou, em 31 de dezembro de 2020, o total do Patrimônio Líquido no valor de R\$ 100.000,00. Durante o ano de 2021, a empresa apresentou as seguintes movimentações no seu Patrimônio Líquido:

- Integralização de capital em dinheiro R\$ 10.000,00
- Aumento de capital com reservas R\$ 2.000,00
- Lucro Líquido do Período R\$ 40.000,00
- Constituição de reserva legal R\$ 2.000,00
- Reversão de reserva para contingência R\$ 500,00
- Destinação do lucro para dividendos obrigatórios R\$ 20.000,00
- Registro de dividendos adicionais propostos R\$ 16.500,00
- Aquisição de ações em tesouraria R\$ 5.000,00

O total do Patrimônio Líquido da empresa MAVIFOR S.A. em 31 de dezembro de 2021 foi de:

- a) R\$ 125.000,00.
- b) R\$ 135.000,00.
- c) R\$ 120.000,00.
- d) R\$ 130.000,00.
- e) R\$ 125.500,00.

**72.** O Patrimônio Líquido da Cia. MAVIFOR, em 31/12/2019, era composto das seguintes contas e respectivos saldos:

Capital Social: ..... R\$ 250.000,00  
Reserva Legal: ..... R\$ 47.000,00  
Reserva Estatutária: ..... R\$ 25.000,00

No ano de 2019, o lucro líquido apurado pela Cia. foi R\$ 75.000,00. No período, a empresa teve resultado positivo na equivalência patrimonial de R\$ 20.000,00 e receitas para recebimento em 2022 de R\$ 30.000,00.

Além da Reserva Legal prevista na Lei das Sociedades por Ações, o estatuto da Cia. estabelece a seguinte destinação: Dividendos mínimos obrigatórios: 40% do Lucro Líquido ajustado nos termos da Lei.

Sabendo-se que R\$ 2.000,00 do Lucro Líquido foram decorrentes de incentivos fiscais recebidos pela Cia. e esta, para não tributar este ganho, reteve-o na forma de Reserva de Incentivos Fiscais, o valor da reserva de lucros a realizar será de:

- a) R\$ 0,00
- b) R\$ 30.000,00
- c) R\$ 25.750,00
- d) R\$ 28.000,00
- e) R\$ 3.000,00

**73.** A Companhia MAVIFOR adquiriu para revenda mercadorias no valor de R\$ 5.000,00 no dia 22 de julho de 2020. Os impostos recuperáveis sobre a compra perfazem o total de R\$ 900,00. Sobre essa compra, a Companhia MAVIFOR também pagou frete de R\$ 100,00 com impostos recuperáveis de R\$ 20,00 e seguros no valor de R\$ 25,00.

A empresa vendeu 40% das mercadorias adquiridas no período por R\$ 3.000,00.

Na venda, foi dado um desconto de 10% porque o pagamento foi à vista.

Houve, ainda, a incidência de 18% de tributos sobre a venda.

É correto afirmar que o valor do Resultado Operacional Bruto foi de:

- a) lucro de R\$ 478,00.
- b) lucro de R\$ 214,00.
- c) lucro de R\$ 778,00.
- d) prejuízo de R\$ 1.991,00.
- e) lucro de R\$ 532,00.

**74.** A empresa MAVIFOR possuía as seguintes contas com os respectivos saldos em 30/12/2019: Duplicatas a Receber de Clientes: R\$ 300.000,00; Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa: R\$ 5.000,00; Caixa e Equivalentes de Caixa: R\$ 55.000,00; Contas a Pagar: R\$ 50.000,00 e Patrimônio Líquido: R\$ 300.000,00. No entanto, antes do encerramento do período, a empresa realizou as seguintes transações em 31/12/2019:

- Desconto de uma duplicata de R\$ 10.000,00, 30 dias antes do vencimento, com taxa de desconto comercial de 5% ao mês.
- Reconhecimento da estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa. A empresa possui conhecimento de que 3% dos seus clientes nunca pagam suas dívidas.
- Recebimento de um adiantamento do cliente Pedro no valor de R\$ 7.000,00.
- Alienação de Bônus de Subscrição no valor de R\$ 6.000.

Ao elaborar o balanço patrimonial de 31/12/2019, o total do patrimônio bruto e o valor do capital próprio da empresa MAVIFOR eram, respectivamente, em reais:

- a) 369.000,00 e 92.000,00.
- b) 363.500,00 e 297.000,00.
- c) 368.500,00 e 91.500,00.
- d) 368.500,00 e 302.000,00.
- e) 369.000,00 e 92.000,00.

75. A MAVIFOR tinha prejuízos acumulados de R\$ 20.000,00, mas durante o exercício social apurou lucro. Desse lucro, após destinar R\$ 40.000,00 para imposto de renda e CSLL, a empresa distribuiu 10% em participação de debenturistas, no valor de R\$ 2.000,00, 10% em participação de administradores, no valor de R\$ 1.620,00 e 10% em participação de empregados.

De acordo com as informações acima e com as normas em vigor, podemos dizer que a Cia. MAVIFOR, no final da Demonstração de Resultado do Exercício, vai indicar o lucro líquido do exercício no valor de:

- a) R\$ 14.580,00.
- b) R\$ 34.380,00.
- c) R\$ 34.580,00.
- d) R\$ 20.000,00.
- e) R\$ 74.580,00.

---

**REALIDADE ÉTICA, SOCIAL, HISTÓRICA,  
GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E  
ECONÔMICA DE GOIÁS**

---

*Alessandra Lopes*

76. O estado de Goiás preserva um vasto patrimônio cultural que reflete sua história desde o período colonial até os dias atuais. Entre seus bens culturais, destacam-se centros históricos, celebrações religiosas tradicionais e manifestações populares reconhecidas em nível nacional e internacional. O município Cidade de Goiás, por exemplo, é também conhecido como Goiás Velho, e por festas como a do Divino Espírito Santo e a Romaria de Trindade, que são exemplos da riqueza do patrimônio goiano. A preservação desses bens culturais é fundamental para manter viva a memória histórica e a identidade cultural do povo goiano.

Com base no texto e em seus conhecimentos sobre o patrimônio cultural de Goiás, assinale a alternativa correta:

- a) A cidade de Pirenópolis é tombada como Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO devido à sua tradição na produção de cerâmica indígena.
- b) A Cidade de Goiás (antiga Vila Boa) é reconhecida como Patrimônio Cultural Mundial da UNESCO por seu conjunto urbano e arquitetônico colonial.
- c) A Romaria de Trindade, em homenagem a Nossa Senhora Aparecida, é o único evento religioso de Goiás reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial pelo IPHAN.
- d) A Festa do Divino Espírito Santo, em Goiás Velho, foi tombada pelo IPHAN como Patrimônio Natural da Humanidade.
- e) A Basílica de Trindade é reconhecida como Patrimônio Mundial da UNESCO devido à sua importância histórica e artística no século XVII.

**77.** “A experiência tem mostrado ser prejudicialíssima ao Estado e contrária à remoção dos índios dos lugares onde estão acostumados a viver para outros remotos, o que se prova não só com a experiência de diferentes fatos acontecidos no Pará, mas ainda com o infeliz resultado da mudança do gentio Xavante, que, habitando entre os rios Tocantins e Araguaia e, devendo formar-se-lhes povoações nas suas margens, foram removidos para uma aldeia distante pouco mais de 20 léguas de Vila Boa de Goiás, onde quase todos morreram, e outros desertaram, perdendo desta forma o Estado não só a grande despesa que se havia feito no seu descimento e a povoação, mas também um tão grande número de vassalos.”

BARATA, Francisco J. Rodrigues. Memória, 1806. In: PALACIN, L; GARCIA, L.F; AMADO, J. História de Goiás em documentos. Goiânia: Editora da UFG, 1995. p. 74.

O documento faz uma reflexão sobre a política portuguesa em relação aos indígenas de Goiás. Sobre esse tema, além dos Xavantes, são três grupos indígenas que habitavam Goiás no século XVIII:

- a) Tupinambás, Potiguaras e Carijós.
- b) Tupiniquins, Goitacás e Botocudos.
- c) Caiapós, Javaés e Carajás.
- d) Guaranis, Aimorés e Pataxós.
- e) Guaicurus, Tupis e Tamoios.

**78.** A ocupação colonial da região de Goiás foi impulsionada por diversos fatores no século XVIII. Sobre esse processo, assinale a alternativa correta:

- a) A ocupação de Goiás foi organizada diretamente pelo governo português, que planejou e financiou expedições para povoar a região com colonos vindos do Reino.
- b) A descoberta de ouro no território goiano atraiu bandeirantes paulistas, que deram início ao processo de ocupação espontânea da região.

c) A Coroa portuguesa incentivou a ocupação da região de Goiás desde o século XVI, logo após o descobrimento do Brasil, visando à produção de cana-de-açúcar.

d) A ocupação de Goiás foi liderada por missões religiosas espanholas, que buscavam catequizar indígenas e controlar o território para a Espanha.

e) A ocupação de Goiás ocorreu após o ciclo do café, quando a mão de obra escrava foi transferida do Sudeste para o Centro-Oeste para trabalhar nas lavouras de algodão.

**79.** No século XX, mesmo em meio a crises políticas, o Brasil passou por dois grandes momentos de ampliação de sua estrutura produtiva, com a construção de duas novas capitais: na era Vargas, a construção de Goiânia; e, no governo de Juscelino Kubitschek, a construção de Brasília. Tendo em conta esses dois momentos, assinale a alternativa que expressa, respectivamente, os motivos referentes à construção de Goiânia e de Brasília.

- a) Goiânia foi construída para descentralizar o polo cafeeiro paulista; Brasília, para resolver conflitos agrários no Norte do Brasil.
- b) Goiânia foi construída como centro estratégico militar na Segunda Guerra Mundial; Brasília, como capital provisória durante a Guerra Fria.
- c) Goiânia foi construída para sediar uma Exposição Universal no Brasil; Brasília, para fomentar o turismo internacional.
- d) Goiânia foi construída para ampliar o domínio da Coroa Portuguesa no interior brasileiro; Brasília, para expandir a produção agrícola do Centro-Oeste.
- e) Goiânia foi construída para modernizar e dinamizar o interior de Goiás; Brasília, para promover a integração nacional e interiorizar a capital do país.

**80.** Com seus três metros e meio de altura de puro bronze, armado de bateia e bacamarte, o

bandeirante da Avenida Goiás faz uma referência ao ciclo do ouro, primeiro motivador da colonização da região pela coroa portuguesa. “Se reduzirmos este símbolo ao genocídio indígena, vamos ignorar o ciclo das bandeiras que garantiram a ampliação nacional e a unidade linguística brasileira”. Não que uma coisa justifique outra – esclarece o historiador Sérgio Duarte. Afinal, as estátuas nos mostram de onde viemos, e não para onde desejamos ir.

(Adaptado de: Jornal Opção. Disponível em:

[https://www.jornalopcao.com.br/reportagens/a-queda-das-estatuas-e-reparacao-historica-262618/.](https://www.jornalopcao.com.br/reportagens/a-queda-das-estatuas-e-reparacao-historica-262618/))

O texto apresenta uma reflexão sobre a polêmica atual envolvendo os monumentos aos bandeirantes. De acordo com o texto, essa polêmica se origina no fato de que os bandeirantes estão associados, ao mesmo tempo:

- a) à introdução da democracia e dos direitos humanos no Brasil colonial.
- b) à conquista do voto popular e à independência política do país.
- c) à fundação das primeiras universidades brasileiras e à difusão do saber científico.
- d) à expansão territorial do Brasil e à violência contra povos indígenas.
- e) à abolição da escravidão e ao fortalecimento dos direitos civis no século XIX.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### BANCO DE DADOS

*Felipe Mathias*

Uma determinada prefeitura implementou um *Data Warehouse* para consolidar e analisar as receitas e despesas públicas. O modelo adotado possui as seguintes tabelas:

Tabela	Atributos
Lancamentos	<u>IDLancamento</u> , <u>IDTempo</u> , <u>IDCategoria</u> , <u>IDLocalidade</u> , Valor
Tempo	<u>IDTempo</u> , Ano, Mes
Categoria	<u>IDCategoria</u> , NomeCategoria
Localidade	<u>IDLocalidade</u> , NomeLocalidade

Utilize as informações apresentadas para responder às questões 81, 82 e 83.

**81.** Com base nas estruturas apresentadas e nas boas práticas de modelagem de dados para análise, assinale a alternativa correta:

- a) A tabela Categoria apresenta relacionamento muitos-para-muitos com a tabela Localidade, sendo necessário criar uma tabela associativa para manter integridade entre essas entidades.
- b) A relação entre Lancamentos e Tempo indica que o mesmo evento pode estar relacionado a múltiplos períodos temporais distintos.
- c) Cada linha na tabela Lancamentos representa um evento agregado por ano, localidade e categoria, não sendo possível detalhar o valor ao nível mensal.
- d) A granularidade da tabela central permite identificar um valor específico de receita ou despesa por mês, categoria e localidade.
- e) A tabela Tempo não contribui diretamente com informações úteis ao processo analítico e poderia ser removida do modelo sem prejuízo ao entendimento dos dados.

**82.** As tabelas apresentadas fazem parte de uma estrutura analítica voltada à organização de dados financeiros da administração pública. Com base em suas características, assinale a alternativa que corretamente identifica os papéis dessas tabelas no modelo:

- a) Tempo, Categoria e Localidade são tabelas de fatos, enquanto Lancamentos representa uma dimensão temporal.
- b) Lancamentos contém os dados transacionais agregados, sendo ligada por chaves estrangeiras às dimensões Tempo, Categoria e Localidade.
- c) Categoria armazena valores financeiros e, por isso, é a única tabela fato do modelo apresentado.
- d) Todas as tabelas do modelo são do tipo dimensão, pois não contêm medidas agregáveis.
- e) A tabela Tempo é a única capaz de ser considerada fato, pois relaciona-se com todas as demais através de chaves primárias.

**83.** Determinado auditor deseja obter o total de valores agrupados por ano e por categoria, a fim de analisar a distribuição de receitas e despesas ao longo do tempo. Para tanto, será utilizada uma consulta SQL.

Assinale a opção que apresenta a consulta correta e mais adequada para atingir esse objetivo.

- a) 

```
SELECT t.Mes, c.NomeCategoria, SUM(I.Valor) AS Total
FROM Lancamentos I
JOIN Tempo t ON I.IDTempo = t.IDTempo
JOIN Categoria c ON I.IDCategoria = c.IDCategoria
GROUP BY t.Mes, c.NomeCategoria;
```
- b) 

```
SELECT t.Ano, c.NomeCategoria, SUM(I.Valor) AS Total
FROM Lancamentos I
JOIN Tempo t ON I.IDTempo = t.IDTempo
JOIN Categoria c ON I.IDCategoria = c.IDCategoria
GROUP BY t.Ano, c.NomeCategoria;
```
- c) 

```
SELECT loc.NomeLocalidade, c.NomeCategoria,
SUM(I.Valor) AS Total
FROM Lancamentos I
```

- ```
JOIN Localidade loc ON I.IDLocalidade =
loc.IDLocalidade
JOIN Categoria c ON I.IDCategoria = c.IDCategoria
GROUP BY loc.NomeLocalidade, c.NomeCategoria;
```
- d) 

```
SELECT I.IDTempo, I.IDCategoria, SUM(I.Valor) AS Total
FROM Lancamentos I
GROUP BY I.IDTempo, I.IDCategoria;
```
  - e) 

```
SELECT t.Ano, loc.NomeLocalidade, SUM(I.Valor) AS
Total
FROM Lancamentos I
JOIN Tempo t ON I.IDTempo = t.IDTempo
JOIN Localidade loc ON I.IDLocalidade =
loc.IDLocalidade
GROUP BY t.Ano, loc.NomeLocalidade;
```

**84.** Uma universidade pública está modernizando sua infraestrutura de tecnologia para apoiar projetos avançados de pesquisa multidisciplinar. Os pesquisadores pretendem armazenar e analisar grandes volumes de dados de diferentes naturezas, incluindo:

Arquivos de log provenientes de sensores IoT instalados em laboratórios de engenharia;

Registros clínicos estruturados oriundos do hospital universitário;

Conjuntos de dados em formatos semi-estruturados (JSON e XML) de redes sociais coletados por grupos de pesquisa em comunicação;

Imagens de satélite e vídeos de observação ambiental utilizados por departamentos de geociência.

Esses dados serão utilizados tanto por cientistas da computação quanto por estatísticos, biólogos, médicos e geógrafos, cada qual aplicando ferramentas e linguagens específicas. O objetivo central é armazenar os dados brutos de forma escalável, com flexibilidade para diferentes formas de tratamento analítico a posteriori.

Considerando a situação descrita e as características das arquiteturas de repositórios de dados, o repositório mais adequado para essa necessidade é:

a) Um Data Warehouse, por ser otimizado para consultas relacionais e permitir a modelagem dimensional dos dados clínicos e estruturados.

b) Um Data Mart, pois seu escopo limitado facilita a divisão por áreas de pesquisa e melhora a governança sobre os dados sensíveis.

c) Um Data Lake, pela capacidade de armazenar dados em diferentes formatos (estruturados, semi-estruturados e não estruturados) e permitir análise posterior conforme as necessidades específicas de cada projeto.

d) Um Banco de Dados Relacional, com partições por tipo de dado, garantindo a integridade e normalização exigida por diferentes departamentos.

e) Um Sistema OLTP, pois sua arquitetura é ideal para suportar transações de leitura e escrita de grandes volumes de dados com consistência e disponibilidade.

**85.** Os bancos de dados NoSQL surgiram como alternativa aos sistemas relacionais tradicionais, visando a maior escalabilidade, flexibilidade e desempenho na manipulação de grandes volumes de dados, especialmente os não estruturados ou semi-estruturados. Em vez de seguir o modelo relacional com tabelas e esquemas rígidos, os bancos NoSQL adotam diferentes modelos de dados, de acordo com os requisitos da aplicação.

Esses bancos de dados podem se organizar em diferentes tipos. Em relação a esses tipos, analise as duas colunas abaixo:

COLUNA 1:

1. Orientado a Documentos
2. Chave-Valor
3. Orientado a Grafos
4. Colunar

COLUNA 2:

- ( ) MongoDB
- ( ) Neo4j
- ( ) Redis

Assinale a alternativa que representa a ordem correta de preenchimento da coluna 2, de acordo com os valores da coluna 1, respectivamente:

- a) 1 – 3 – 2
- b) 3 – 1 – 4
- c) 4 – 2 – 1
- d) 1 – 3 – 4
- e) 1 – 4 – 2

**GESTÃO DE PROJETOS***Fernando Pedrosa*

Acerca de **Metodologias Ágeis**, julgue os itens subsequentes.

**86.** De acordo com a teoria do guia do Scrum, quais são os três pilares empíricos do framework?

- a) Transparência, Inspeção e Adaptação.
- b) Revisão, Retrospectiva e Planejamento.
- c) Transparência, Revisão e Retrospectiva.
- d) Planejamento, Revisão e Adaptação.
- e) Simplicidade, Empiricismo e Formalidade.

Acerca de **PMBOK 7**, julgue os itens subsequentes.

**87.** Sobre princípios de gerenciamento de projetos do PMBOK 7, assinale a alternativa correta.

- a) O objetivo do princípio de Administração (Stewardship) é de criar um ambiente colaborativo para a equipe do projeto.
- b) O objetivo do princípio de Valor é entregar o projeto dentro do cronograma e orçamento acordados com o cliente.
- c) O princípio de Qualidade envolve tanto a qualidade de processos como a de produtos (entregas), podendo ocorrer a prevenção ou a detecção de defeitos.
- d) O princípio de Liderança aborda os comportamentos e atitudes que o gerente de projeto deve ter para liderar a sua equipe.
- e) De acordo com o princípio de Mudança, o gerente de projeto deve controlar e evitar mudanças que possam impactar os resultados do projeto.

**CIÊNCIAS DE DADOS***Lucas Ianni*

**88.** Analise as afirmativas abaixo como correta ou errada.

1. Técnicas de clustering (agrupamento) englobam métodos que organizam objetos em clusters com base nas características que eles apresentam, de modo que itens similares, conforme um critério pré-estabelecido, sejam reunidos em um mesmo grupo.
2. O agrupamento hierárquico inclui abordagens aglomerativas e divisivas: numa abordagem aglomerativa, grupos menores são sucessivamente unidos em grupos maiores; na divisiva, grupos maiores são fragmentados em subgrupos menores. Essas variantes diferenciam-se pelas regras que definem como clusters são unidos ou divididos.
3. No método de linkage completo (complete linkage), adota-se a menor distância entre quaisquer dois elementos de clusters distintos para definir a proximidade entre esses clusters, o que costuma gerar cadeias alongadas de objetos em um mesmo agrupamento.

Considerando tais afirmações acerca de técnicas de clustering, assinale a alternativa que reúne corretamente as proposições verdadeiras.

- a) Apenas a afirmativa 2 está correta.
- b) Somente as afirmativas 1 e 2 estão corretas.
- c) Somente as afirmativas 1 e 3 estão corretas.
- d) Somente as afirmativas 2 e 3 estão corretas.
- e) As afirmativas 1, 2 e 3 estão corretas.

89. A Análise de Componentes Principais (PCA) é um método que, dado um conjunto de observações em alta dimensão, busca projetar esses dados em um subespaço de dimensão inferior, de modo a maximizar a variância explicada pelas novas bases. Para isso, calcula-se a matriz de covariância (ou matriz de correlação, se desejado padronizar), obtêm-se os autovalores e autovetores dessa matriz e, em seguida, selecionam-se os componentes principais correspondentes aos maiores autovalores.

Considerando esse processo, assinale o objetivo central da técnica de PCA:

- a) Garantir que todas as variáveis originais fiquem sendo representadas em escala comum, por meio da normalização.
- b) Reduzir a dimensionalidade dos dados preservando, na projeção, a maior parte possível da variância total.
- c) Encontrar combinações lineares de variáveis que minimizem a correlação entre todos os pares de componentes principais.
- d) Construir uma representação binária das variáveis originais para facilitar classificação.
- e) Minimizar diretamente o erro de reconstrução em termos de distância Manhattan.

90. Unidade responsável por agregar os sinais de entrada, calcular a soma ponderada e aplicar uma função de ativação, desempenhando um papel fundamental de processamento. Sobre esse elemento, assinale a alternativa que o descreve corretamente.

- a) Perceptron, responsável por computar a saída a partir da soma dos sinais ponderados e da função de ativação.
- b) Camada oculta, encarregada de transmitir diretamente os sinais brutos para a camada seguinte sem processamento.
- c) Bias, que ajusta o limiar de disparo, mas não realiza soma ponderada e ativação.

- d) Conexão sináptica, que armazena os pesos sem executar cálculos de ativação.
- e) Função de custo, que avalia o erro da rede, mas não participa do cálculo direto da saída de cada unidade.

91. Considere o contexto de um pesquisador que possui um conjunto de dados com variáveis numéricas e categóricas, e deseja aplicar métodos estatísticos adequados a cada tipo de análise. Marque a alternativa **incorreta**.

- a) Para explorar as direções de maior variância em dados numéricos de alta dimensão, projetando-os em um espaço de menor dimensão que preserve a variabilidade total, aplica-se a Análise Fatorial por Componentes Principais (PCA).
- b) Para quantificar a força e a direção de uma relação linear entre duas variáveis numéricas, utiliza-se a Correlação Linear de Pearson, que fornece um coeficiente no intervalo  $[-1, +1]$ .
- c) Quando se quer investigar a associação entre as categorias de uma única variável categórica e as categorias de outra variável categórica, recorre-se à Análise de Correspondência Simples (ACS).
- d) Para estimar o efeito de variáveis explicativas sobre uma variável resposta contínua, emprega-se o Modelo de Regressão Linear Múltipla.
- e) A Regressão Logística Multinomial só pode ser utilizada quando as categorias da variável resposta têm ordem natural, pois exige que as classes sejam ordinais.

92. Suponha que, em uma análise de regressão linear simples, encontrou-se um coeficiente de Pearson de 0,845. Nesse contexto, assinale o valor aproximado do coeficiente de determinação.

- a) 0,92
- b) 0,88
- c) 0,82
- d) 0,75
- e) 0,71

## AUDITORIA

*Guilherme Santanna*

93. No que se refere à amostragem, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O objetivo do auditor, ao usar a amostragem em auditoria, é proporcionar uma base razoável para concluir quanto à população da qual a amostra é selecionada.
- b) O tamanho da amostra pode ser determinado mediante aplicação de fórmula com base em estatística ou pode ser aleatoriamente definido, mediante sorteio em computador de uso do auditor profissional.
- c) O risco de amostragem surge da possibilidade de que a conclusão do auditor, com base em uma amostra, possa ser diferente da conclusão que seria alcançada se toda a população estivesse sujeita ao mesmo procedimento de auditoria.
- d) Risco de amostragem é o risco de que a conclusão do auditor, com base em amostra, pudesse ser diferente se toda a população fosse sujeita ao mesmo procedimento de auditoria.
- e) Amostragem estatística é aquela em que há seleção aleatória dos itens da amostra e uso da teoria das probabilidades para avaliar os resultados.

94. Considerando os procedimentos de auditoria contábil, podem-se mencionar alguns exemplos de testes e situações de fraudes ou erros em que se evidenciam a superavaliação ou subavaliação de contas do Ativo Disponível do Balanço Patrimonial:

- I. Detecção de créditos na conta Caixa que diminuem também a Conta de Fornecedores no Passivo (por exemplo: no caso de pagamentos de duplicatas comprovados documentalmente).
- II. Detecção de créditos a menor na conta Caixa e que diminuem indevidamente as Contas de Despesas (por exemplo: no caso de Despesas com serviços não contabilizados ou contabilizadas por um valor menor do que o valor efetivo da transação).
- III. Identificação de saldo credor na Conta Caixa por falta de emissão de documentos fiscais e respectiva receita contábil não contabilizada (por exemplo: recebimento de valores em caixa não contabilizados e sem emissão de documentos fiscais).

Verificam-se situações em que se evidenciam SUPERAVALIAÇÃO do ativo disponível, o(s) exemplo(s) citado(s) APENAS em:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) II apenas.
- e) III apenas.

95. A documentação de auditoria deve apresentar evidências que

- a) forneçam a conclusão de que a auditoria não foi executada em conformidade com o exigido.
- b) evitem a condução de inspeções externas.
- c) permitam a responsabilização da equipe pelo trabalho.
- d) auxiliem o auditor a substituir os registros contábeis da entidade.
- e) auxiliem o sigilo de assuntos de importância recorrente para auditorias futuras.

**96.** Considerando os procedimentos a serem utilizados por um Auditor com o objetivo de realizar a auditoria no Passivo Circulante de uma empresa, especificamente no grupo de contas de Fornecedores, podem-se mencionar como procedimentos:

- I. Detecção de indícios ou fraudes, desvios, sonegação, apropriação ou outros tipos de delitos praticados contra o patrimônio da empresa, intencionalmente ou por falhas do controle.
- II. Obter a relação de fornecedores junto dos documentos que a embasam, tais como: notas fiscais e duplicatas.
- III. Obter a confirmação de saldos da conta contábil de fornecedores por meio de circularização.
- IV. Determinar se todas as receitas, custos e despesas atribuídos ao período estão devidamente comprovados e contabilizados.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I, III e IV.
- b) II, III e IV.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) I e IV.

**97.** Rodrigo, auditor experiente, foi contratado para auditar as demonstrações financeiras da empresa Pelodebequê S.A., uma companhia de médio porte do setor de tecnologia. Durante o planejamento, Rodrigo identificou que a entidade estava passando por uma rápida expansão, com a abertura de várias filiais em diferentes regiões do país. Além disso, a empresa havia implementado recentemente um novo sistema de gestão financeira. Ao analisar os processos internos, Rodrigo notou que, devido ao rápido crescimento, muitos funcionários novos foram contratados para áreas financeiras e contábeis, alguns sem experiência prévia no setor. Por estar na parte inicial do planejamento, não havia analisado, até o momento, a capacidade de o controle interno da empresa detectar e corrigir

tempestivamente possíveis distorções. Rodrigo estava preocupado com a possibilidade de erros nas demonstrações contábeis devido a essas circunstâncias. Considerando a situação descrita e com base na NBC TA 200, na etapa de planejamento de auditoria, Rodrigo estava avaliando, principalmente, o risco

- a) do negócio, aqueles relacionados ao não cumprimento dos objetivos da entidade auditada.
- b) de auditoria, pois está relacionado à possibilidade de os procedimentos executados pelo auditor não detectarem uma distorção existente.
- c) de detecção, pois representa o risco de o auditor expressar uma opinião inadequada, quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante.
- d) de controle, pois está ligado à possibilidade de que uma distorção relevante não seja prevenida, detectada e corrigida tempestivamente pelo controle interno da entidade.
- e) inerente, pois está associado à suscetibilidade de uma afirmação a uma distorção relevante, independentemente dos controles relacionados.

**98.** No procedimento de planejamento de auditoria das demonstrações contábeis, o auditor deve:

- I. examinar a ocorrência de distorções relevantes.
- II. desenvolver um plano de auditoria.
- III. compreender a estrutura jurídica aplicável à entidade.

Está correto o que é apresentado em:

- a) I, somente.
- b) I e II, somente.
- c) II e III, somente.
- d) I, II e III.
- e) I e III, somente.

**99.** Considere a seguinte situação hipotética:

Ao auditar as demonstrações financeiras da entidade, surgiram dúvidas que, embora respondidas pelo gestor do contrato, poderiam ser corroboradas por respostas obtidas diretamente dos fornecedores. O auditor, então, faz solicitação à administração da entidade que, entretanto, negou-lhe o envio do pedido de confirmação.

Nesse contexto, o auditor

- a) formulará imediata representação aos responsáveis pela governança da entidade.
- b) deve registrar o ocorrido em sua documentação, encaminhando opinião modificada em função da limitação de escopo.
- c) deve, de imediato, executar procedimentos alternativos.
- d) deve reconhecer o erro, pois a informação em que deve se basear para a emissão do parecer de auditoria é aquela existente na corporação.
- e) deve perguntar qual a razão da recusa, investigando a validade e razoabilidade da resposta, aplicando procedimentos alternativos.

**100.** Os testes de auditoria são fundamentais na avaliação da efetividade dos controles internos e na garantia da precisão das demonstrações financeiras. Dois são os tipos de testes de auditoria normalmente aplicados pelos auditores: testes de observância; e testes substantivos. Os testes de observância

- a) são procedimentos de auditoria destinados a obter competente e razoável evidência corroborativa da validade e propriedade do tratamento contábil das transações e saldos. Como exemplos de procedimentos, estão os testes de transações e saldos, e os procedimentos de revisão analítica.
- b) visam à obtenção de razoável segurança de que os procedimentos de controle interno estabelecidos pela Administração estejam em efetivo funcionamento e cumprimento. Como exemplos de procedimentos, estão os testes de transações e saldos, e os procedimentos de revisão analítica.
- c) visam à obtenção de razoável segurança de que os procedimentos de controle interno estabelecidos pela Administração estejam em efetivo funcionamento e cumprimento. Como exemplos, estão os seguintes procedimentos: inspeção, observação, investigação e confirmação.
- d) constituem a verificação contábil de maior profundidade, revestida de tecnologia competente para o exame da essência e da validade das situações informadas e encontradas. Como exemplo de procedimento, estão os testes globais, quando o auditor pode convencer-se de que o saldo total é razoável, sem necessidade de testes detalhados.
- e) constituem a verificação contábil de maior profundidade revestida de tecnologia competente para o exame da essência e da validade das situações informadas e encontradas. Como exemplos, estão os seguintes procedimentos: inspeção, observação, investigação e confirmação.

**101.** Distorções nas demonstrações contábeis podem originar-se de fraude ou erro. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas de Auditoria (NBC TA 240), há dois tipos de distorções intencionais pertinentes ao auditor - distorções decorrentes de informações contábeis fraudulentas e da apropriação indébita de ativos. Considerando esses dois tipos de distorções,

- a) confirmar diretamente com os clientes a atividade das contas (inclusive notas de crédito e devolução de vendas, assim como datas em que os pagamentos foram feitos) para o período sob auditoria, é exemplo de resposta à avaliação do auditor do risco de distorções relevantes decorrentes de apropriação indevida de ativos.
- b) rever a documentação comprobatória para reduções nos registros de estoque perpétuos é exemplo de resposta à avaliação do auditor do risco de distorções relevantes decorrentes de informações contábeis fraudulentas.
- c) embora a fraude constitua um conceito jurídico amplo, para efeitos das normas de auditoria e, na hipótese de suspeita de fraude, ou mesmo a ocorrência do fato, o auditor deverá estabelecer juridicamente a ocorrência da fraude.
- d) ao detectar riscos que possam vir a ser relevantes nas demonstrações contábeis, a auditoria deverá se abster de prosseguir com os testes substantivos e emitir seu parecer de acordo com a documentação apresentada pelo auditado.
- e) executar procedimentos analíticos substantivos relacionados a receitas usando dados não agregados é exemplo de resposta à avaliação do auditor do risco de distorções relevantes decorrentes de apropriação indevida de ativos.

**102.** Nos termos da NBC TA 610, o auditor independente tem

- a) total responsabilidade pela opinião expressa em seu relatório de auditoria e essa responsabilidade não é reduzida pela utilização de trabalhos da

função de auditoria interna ou pela obtenção de assistência direta de auditores internos.

- b) responsabilidade pela opinião expressa em seu relatório de auditoria, mas essa responsabilidade é aumentada pela utilização de trabalhos da função de auditoria interna ou pela obtenção de assistência direta de auditores internos.
- c) responsabilidade limitada pela opinião expressa em seu relatório de auditoria e essa responsabilidade não é aumentada nem diminuída pela utilização de trabalhos da função de auditoria interna ou pela obtenção de assistência direta de auditores internos.
- d) total responsabilidade pela opinião expressa em seu relatório de auditoria, sendo-lhe vedada a utilização de trabalhos da função de auditoria interna ou a obtenção de assistência direta de auditores internos.
- e) responsabilidade pela opinião expressa em seu relatório de auditoria, mas essa responsabilidade é compartilhada pela utilização de trabalhos da função de auditoria interna ou pela obtenção de assistência direta de auditores internos.

### **CONHECIMENTO BÁSICO DA ESTRUTURA DA EFD ICMS/IPI**

*Paolla Ramos*

**103.** O registro da EFD-ICMS/IPI que tem por objetivo informar os valores relativos à apuração do ICMS de substituição tributária é o:

- a) E110
- b) E116
- c) E210
- d) C400
- e) C100

**104.** Baseado no Anexo I do Manual de Orientação do Contribuinte – Versão 7.0, qual dos grupos abaixo traz as informações relativas ao ICMS das operações próprias presentes na NF-e?

- a) Grupo W
- b) Grupo N
- c) Grupo M
- d) Grupo O
- e) Grupo P

### **CONTABILIDADE AVANÇADA E DE CUSTOS**

*Silvio Sande*

**105.** A empresa JLS, que adota o sistema de inventário permanente, comprou mercadorias com objetivo de revenda, pagas 80% em dinheiro e o restante por meio de aceite de duplicatas. O valor total da nota fiscal é de R\$ 115.000,00, com a alíquota de IPI em 15% e ICMS destacado na nota fiscal com alíquota de 20%. Desta maneira, assinale a alternativa em que o lançamento contábil desta operação se apresenta CORRETAMENTE:

- a) D - Estoque de mercadorias R\$ 80.000,00  
D - ICMS a recuperar R\$ 18.000,00  
D - IPI a recuperar R\$ 15.000,00  
C - Caixa R\$ 92.000,00  
C - Duplicatas a pagar R\$ 23.000,00
- b) D - ICMS a recuperar R\$ 20.000,00  
D - IPI a recuperar R\$ 15.000,00  
C - Caixa R\$ 12.800,00  
C - Duplicatas a pagar R\$ 3.200,00
- c) D - Compras R\$ 95.000,00  
D - ICMS a recuperar R\$ 20.000,00  
C - Caixa R\$ 92.000,00  
C - Duplicatas a pagar R\$ 23.000,00
- d) D - Estoque de mercadorias R\$ 95.000,00

D - IPI a recuperar R\$ 22.000,00

C - Caixa R\$ 92.000,00

C - Duplicatas a pagar R\$ 23.000,00

e) D - Estoque de mercadorias R\$ 95.000,00

D - ICMS a recuperar R\$ 20.000,00

C - Caixa R\$ 92.000,00

C - Duplicatas a pagar R\$ 23.000,00

**106.** A empresa Vende Tudo S.A. adquiriu, em 31/01/2015, um lote de produtos para serem comercializados no valor de R\$ 255.000,00, a prazo. Em função de sua situação financeira, a empresa negociou com seu fornecedor para que pudesse pagar estes produtos em 15/05/2016. Sabe-se que, se a empresa Vende Tudo S.A. tivesse adquirido estes produtos à vista, teria pago R\$190.000,00. Em 03/02/2015, a empresa vendeu 60% deste lote de produtos por R\$222.000,00, para serem recebidos integralmente em 15/06/2016. Sabe-se que, se a venda tivesse sido à vista, a empresa Vende Tudo S.A. teria recebido R\$188.500,00. Com base nestas informações, é correto afirmar que a empresa Vende Tudo S.A. reconheceu, em reais,

- a) Estoques no valor de 255.000,00, na data da aquisição.
- b) Receita de Vendas no valor de 222.000,00, na data da venda.
- c) Receita de Vendas no valor de 188.500,00 e Custo das Mercadorias Vendidas no valor de 114.000,00, na data da venda.
- d) Receita de Vendas no valor de 188.500,00 e Custo das Mercadorias Vendidas no valor de 153.000,00, na data da venda.
- e) Receita de Vendas no valor de 222.000,00 e Custo das Mercadorias Vendidas no valor de 114.000,00, na data da venda.

**107.** As características das aplicações financeiras realizadas por uma empresa no dia 01/12/2020 são apresentadas na tabela a seguir:

| Valor Aplicado (R\$) | Data de vencimento | Mensuração definida pela empresa                                    | Taxa de juros | Valor Justo em 31/12/2020 (R\$) |
|----------------------|--------------------|---------------------------------------------------------------------|---------------|---------------------------------|
| 2.000.000,00         | 31/05/2024         | Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes | 2%a.m.        | 2.300.000,00                    |
| 4.000.000,00         | 30/06/2023         | Mensuração ao custo amortizado                                      | 4%a.m.        | 4.100.000,00                    |
| 4.000.000,00         | 31/10/2022         | Mensuração ao valor justo por meio do resultado                     | 3%a.m.        | 4.200.000,00                    |

O valor total apresentado no Balanço Patrimonial da empresa, em 31/12/2020, para as três aplicações em conjunto, foram, respectivamente, em reais, de:

- a) 10.600.000,00
- b) 10.580.000,00
- c) 10.660.000,00
- d) 10.664.000,00
- e) 10.190.000,00

**108.** Determinada empresa adquiriu um equipamento produtivo, com vida útil estimada de dez anos, pelo valor de R\$ 400 mil. A empresa trabalha com um valor residual de 10% para todos os seus ativos produtivos. Ao final do quinto ano de uso, após apurada e contabilizada a depreciação correspondente de todos os ativos da empresa, avaliou-se o valor em uso do referido equipamento produtivo em R\$ 200 mil, e o seu valor justo, líquido das despesas de venda, em R\$ 185 mil.

Nessa situação hipotética, a empresa deverá reconhecer uma perda por desvalorização do equipamento no valor de:

- a) Não deve reconhecer nenhuma perda.
- b) R\$ 5 mil.
- c) R\$ 10 mil.
- d) R\$ 15 mil.
- e) R\$ 20 mil.

**109.** Uma empresa vendeu determinado ativo nos mercados ativos de Goiânia e Cuiabá, mas nenhum desses mercados é o principal. Na data da mensuração desse ativo, os valores relacionados às transações de venda eram os seguintes:

|                     | GOIÂNIA | CUIABÁ |
|---------------------|---------|--------|
| Preço de Venda      | 160     | 140    |
| Custo de Transação  | 40      | 20     |
| Custo de Transporte | 20      | 16     |

Nessa situação, o referido ativo será avaliado a valor justo por:

- a) 100
- b) 104
- c) 120
- d) 124
- e) 140

**110.** A empresa Sande Controlada de Cardoso vendeu, em 30/04/2023, mercadorias para revenda para a controladora por R\$ 800.000,00, apurando um lucro na operação de R\$ 300.000,00. Em 31/12/2024, a controladora informou que, das mercadorias adquiridas, 30% ainda se encontravam em seus estoques. Com base nas informações apresentadas, em 31/12/2024, o Ajuste referente a "Lucros não Realizados" para fins de exclusão no cálculo da Equivalência Patrimonial na controlada, foi de:

- a) R\$ 300.000,00.
- b) R\$ 210.000,00.
- c) R\$ 90.000,00.
- d) R\$ 64.000,00.
- e) R\$ 24.000,00.

**111.** Determinada empresa comercial levantou as seguintes informações, para subsidiar a elaboração da demonstração do valor adicionado.

|                                                                      |             |
|----------------------------------------------------------------------|-------------|
| constituição de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa | R\$ 50.000  |
| custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos         | R\$ 350.000 |
| depreciação, amortização e exaustão                                  | R\$ 30.000  |
| materiais, energia e serviços adquiridos de terceiros                | R\$ 100.000 |
| resultado positivo de equivalência patrimonial                       | R\$ 40.000  |
| receita financeira                                                   | R\$ 20.000  |
| despesa financeira                                                   | R\$ 5.000   |
| vendas de mercadorias, produtos e serviços                           | R\$ 950.000 |

Com base nessas informações, a demonstração do valor adicionado dessa empresa evidenciará

- R\$ 475.000,00 como o total do valor adicionado a bruto.
- R\$ 55.000,00 como o valor adicionado recebido em transferência.
- R\$ 465.000,00 como o valor adicionado bruto após a depreciação, amortização e exaustão.
- R\$ 350.000,00 como o total de insumos adquiridos de terceiros.
- R\$ 480.000,00 como o total do valor adicionado a distribuir.

**TEXTO PARA AS QUESTÕES DE 112 A 114:**

Os dados abaixo (valores em reais) referem-se a uma empresa hipotética.

|                                      |         |
|--------------------------------------|---------|
| preço de venda (líquido de impostos) | 60      |
| custos variáveis unitários           |         |
| matéria-prima                        | 27      |
| mão de obra                          | 6       |
| custos gerais de produção            | 9       |
| despesas operacionais                | 3       |
| custos fixos                         |         |
| custos gerais de produção            | 450.000 |
| despesas operacionais                | 300.000 |

**112.** Com relação ao texto, caso a empresa produza 200.000 unidades e venda 160.000 unidades, a diferença entre o lucro operacional líquido apurado pelo custeio por absorção e pelo custeio variável será

- inferior a 30.000,00.
- de 50.000,00.
- de 100.000,00.
- de 150.000,00.
- superior a R\$ 150.000,00.

**113.** De acordo com os dados do texto, a margem de contribuição da empresa (em reais) e o seu ponto de equilíbrio (em unidades vendidas) correspondem, respectivamente, a

- 15 e 27.778.
- 18 e 25.000.
- 18 e 41.666.
- 15 e 30.000.
- 15 e 50.000.

**114.** Conforme os dados do texto, para obter um lucro operacional mínimo de R\$ 150.000,00, a empresa deverá realizar vendas de

- a) R\$ 1.100.000,00.
- b) R\$ 2.200.000,00
- c) R\$ 3.300.000,00
- d) R\$ 3.600.000,00.
- e) R\$ 4.200.000,00.

**115.** A Industrial S2 iniciou a produção de 12.500 unidades de seu único produto. No final do período, o setor de produção informou que 10.000 unidades foram acabadas e transferidas para o estoque de produtos acabados e 2.500 unidades não foram concluídas. Sabe-se que não existia estoque de produtos acabados e em elaboração no início do período.

Os custos incorridos no período totalizaram R\$ 957.500,00 (R\$ 500.000,00 de matéria-prima; R\$ 345.000,00 de mão de obra direta e R\$ 112.500,00 de custos indiretos de produção). Sabe-se que as unidades em elaboração absorveram 100% da matéria-prima, 60% da mão de obra direta e 50% dos custos indiretos de produção.

Com base nas informações apresentadas, marque a opção CORRETA que evidencie o saldo da conta de Produtos em Elaboração:

- a) R\$ 200.000,00.
- b) R\$ 157.500,00.
- c) R\$ 142.500,00.
- d) R\$ 143.900,00.
- e) R\$ 158.800,00

**116.** Analise os dados a seguir referentes a uma fábrica que utiliza o Sistema de Custeio-padrão na produção de colchões.

I - Quantidade padrão por produto:  
Matéria-prima - 3 kg a R\$ 100,00 por kg  
Mão de obra direta - 4 h a R\$ 6,00 por hora

II - Dados compilados em relação ao desempenho real:

Unidades reais produzidas - 1.000

Kg de recursos comprados e utilizados - 3.500

Preço por kg - R\$ 95,00

Horas reais - 6.000 h

Custo de mão de obra - R\$ 42.000,00

A partir dos dados acima, calcule as variações mistas da matéria-prima e da mão de obra direta, respectivamente, indicando se cada uma delas é favorável ou desfavorável.

- a) R\$2 (favorável) e R\$2,5 (desfavorável)
- b) R\$2 (desfavorável) e R\$2,5 (favorável)
- c) R\$2,5 (desfavorável) e R\$2 (desfavorável)
- d) R\$2,5 (favorável) e R\$2 (desfavorável)
- e) NULA

## DIREITO TRIBUTÁRIO I

*Fábio Dutra*

**117.** Sobre as normas complementares da legislação tributária, assinale a alternativa correta:

- a) Atos normativos expedidos pela autoridade administrativa não integram a legislação tributária.
- b) Decisões administrativas com eficácia normativa são consideradas normas complementares.
- c) Práticas reiteradamente observadas pelos contribuintes caracterizam normas complementares.
- d) Convênios entre entes federativos não podem ter eficácia normativa.
- e) A observância de norma complementar não exclui penalidade por descumprimento.

**118.** Considerando as regras de Legislação Tributária previstas na Constituição Federal sobre limitações ao poder de tributar, assinale a alternativa correta:

- a) A União pode instituir isenções de tributos de competência dos Estados e Municípios.
- b) É vedado à União, aos Estados, ao DF e aos Municípios instituir impostos sobre o patrimônio uns dos outros.
- c) A imunidade recíproca se aplica a taxas e contribuições de melhoria.
- d) A imunidade sobre livros e jornais abrange apenas os livros impressos em papel.
- e) É permitido utilizar tributos com efeito de confisco, desde que previsto em lei complementar.

**119.** Considerando o CTN e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre responsabilidade tributária, assinale a alternativa incorreta:

- a) O inadimplemento tributário não gera, por si só, responsabilidade solidária do sócio-gerente.
- b) A dissolução irregular da empresa legitima o redirecionamento da execução fiscal ao sócio-gerente.
- c) A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se fôr o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.
- d) A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos até à data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.
- e) Em qualquer caso, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

**120.** Sobre o imposto sobre bens e serviços (IBS) previsto na Constituição Federal, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta:

- ( ) O IBS incide sobre operações com bens materiais e serviços, excetuados os bens imateriais.
  - ( ) O IBS é não cumulativo, permitindo a compensação do imposto devido com o cobrado em operações anteriores.
  - ( ) A alíquota do IBS é uniforme em todo o território nacional, sem possibilidade de variação por ente federativo.
- a) F, V, F
  - b) V, F, V
  - c) F, V, V
  - d) V, V, F
  - e) F, F, V

**121.** Sobre a incidência de tributos conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta:

- ( ) A taxa de coleta de lixo é constitucional, desde que relacionada a serviços específicos e divisíveis.
  - ( ) O ISS não incide sobre operações de locação de bens móveis.
  - ( ) O ICMS incide sobre a comercialização de obras cinematográficas em fitas de videocassete.
- a) V, V, V
  - b) F, V, F
  - c) V, F, V
  - d) F, F, V
  - e) V, V, F

**122.** Considerando as regras de Legislação Tributária previstas na Constituição Federal sobre empréstimos compulsórios, assinale a alternativa correta:

- a) Podem ser instituídos por Estados e Municípios em caso de calamidade pública.
- b) São instituídos pela União mediante lei ordinária.
- c) Podem ser criados para investimentos públicos de caráter urgente e relevante interesse nacional.
- d) Não precisam ter sua aplicação vinculada à despesa que os justificou.
- e) São vedados em qualquer hipótese, conforme limitações ao poder de tributar.

**123.** Assinale a alternativa correta sobre o sujeito passivo da obrigação principal, nos termos do Código Tributário Nacional:

- a) É sempre o contribuinte da relação tributária.
- b) O responsável tributário possui relação pessoal e direta com o fato gerador.
- c) As convenções particulares entre particulares podem modificar o sujeito passivo perante a Fazenda.
- d) Podem coexistir contribuinte e responsável na mesma obrigação.
- e) A pessoa natural carece de capacidade civil para ser sujeito passivo.

**124.** Com relação ao Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta quanto à prescrição da ação de cobrança:

- a) É interrompida pela distribuição da execução fiscal.
- b) Conta-se a partir da notificação de qualquer medida preparatória.
- c) O prazo é de cinco anos contados da constituição definitiva.
- d) Não se interrompe por protesto extrajudicial.
- e) Interrompe-se apenas por reconhecimento judicial do débito.

**125.** Sobre isenção tributária e as regras do Código Tributário Nacional, marque a alternativa incorreta:

- a) Deve ser concedida por lei que especifique condições, tributos e o prazo, se for o caso.
- b) Pode ser restrita a determinada região do território do ente tributante.
- c) Pode ser revogada a qualquer tempo, salvo se concedida por prazo certo.
- d) Não se estende automaticamente a tributos instituídos após sua concessão.
- e) Quando não geral, efetiva-se por despacho da autoridade administrativa.

**126.** Assinale a alternativa correta quanto à contribuição de melhoria:

- a) Tem como limite individual o custo total da obra.
- b) Exige publicação prévia de memorial descritivo, orçamento e delimitação da zona beneficiada.
- c) Incide sobre qualquer valorização imobiliária, ainda que sem obra pública.
- d) Independe de lei específica para ser lançada.
- e) Pode exceder a despesa realizada, desde que a obra seja essencial.

**127.** Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o Direito Tributário, assinale a alternativa incorreta:

- a) O ICMS não incide sobre o serviço de habilitação de telefone celular.
- b) A entrega de declaração pelo contribuinte constitui o crédito tributário, sem necessidade de providências do fisco.
- c) O ICMS não incide no simples deslocamento de mercadoria entre estabelecimentos do mesmo contribuinte.
- d) É legítima a recusa de certidão negativa quando o contribuinte declara e não paga o débito tributário.
- e) Nas operações de venda de mercadorias pagas com cartão de crédito, o ICMS incide sobre os encargos de financiamento.

**128.** Considerando as regras de Legislação Tributária previstas na Constituição Federal sobre contribuições, assinale a alternativa incorreta:

- a) A União pode instituir contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, observados os limites constitucionais.
- b) As contribuições sociais não incidem sobre receitas de exportação.
- c) Estados, DF e Municípios podem instituir contribuições para custeio de regime próprio de previdência social.
- d) Contribuições de intervenção no domínio econômico incidem sobre importação de serviços.
- e) Contribuições sociais sempre possuem alíquotas fixadas por lei complementar.

## **DIREITO TRIBUTÁRIO II – REFORMA TRIBUTÁRIA**

*Eduardo Da Rocha*

**129.** Com base na LC 214/2025, assinale a alternativa correta sobre a incidência do IBS e da CBS:

- a) O IBS e a CBS incidem apenas sobre operações onerosas realizadas no exercício da atividade habitual do contribuinte.
- b) A doação é sempre isenta de IBS e CBS, independentemente de haver ou não contraprestação.
- c) A locação de bens móveis ou imóveis não está sujeita ao IBS e à CBS por não envolver transferência de titularidade.
- d) O fornecimento de bens com contraprestação, mesmo que fora da atividade econômica habitual do contribuinte, pode ser tributado.
- e) Operações com bens do ativo não circulante só serão tributadas se forem realizadas de forma habitual e no curso da atividade empresarial.

**130.** Com base na LC 214/2025, analise as afirmativas abaixo sobre a incidência do IBS e da CBS em operações não onerosas:

- I. A transmissão de bens de uma empresa para seus sócios, a título de devolução de capital, poderá ser tributada pelo IBS e CBS, desde que esses bens tenham gerado crédito na aquisição.
- II. A entrega de brindes está sujeita ao IBS e à CBS, mesmo quando realizada gratuitamente, por configurar fornecimento não oneroso previsto na legislação.
- III. As bonificações sempre serão tributadas pelo IBS e pela CBS, ainda que constem do documento fiscal e não dependam de evento posterior.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

**131.** A empresa Alvo Verde Ltda., fabricante de equipamentos hospitalares, produziu cinco respiradores utilizando insumos cuja aquisição permitiu a apropriação de créditos de IBS e CBS. Posteriormente, a empresa decidiu doar esses respiradores ao Hospital Vida Plena, uma entidade beneficente. Diante disso, o setor fiscal ficou em dúvida sobre a tributação da operação. Com base na LC 214/2025, assinale a alternativa correta:

- a) A operação está isenta de IBS e CBS por se tratar de doação sem contraprestação.
- b) A doação será sempre tributada, ainda que os respiradores tenham sido fabricados sem aproveitamento de créditos.
- c) A operação será tributada com base no valor de mercado dos bens, salvo se a empresa optar por anular os créditos correspondentes.
- d) A operação é não onerosa e, por isso, não pode ser tributada, mesmo que tenha havido aproveitamento de créditos.
- e) A empresa é obrigada a recolher o IBS e a CBS com base no valor de aquisição dos insumos utilizados na produção dos respiradores.

**132.** Com base na LC 214/2025, analise as afirmativas abaixo sobre o fornecimento conjunto de bens e serviços:

- I. Quando todos os itens fornecidos em uma operação estiverem sujeitos ao mesmo tratamento tributário, é dispensada a especificação individual de cada fornecimento.
- II. É permitido o tratamento unificado quando um fornecimento puder ser considerado principal e os demais, acessórios, sendo aplicável a tributação correspondente ao item principal.
- III. Ainda que a operação envolva diferentes tratamentos tributários, a cobrança unificada sempre prevalecerá, e a tributação será baseada no valor total da operação.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.

- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

**133.** A empresa LogMais Cargas Ltda. realizou uma prestação de serviço de transporte internacional de carga, com origem na Alemanha e destino final em Minas Gerais. Já a empresa ProntaObra Ltda. adquiriu bens em leilão judicial promovido pelo Poder Judiciário Federal. Ambos os setores fiscais dessas empresas manifestaram dúvidas sobre o momento da ocorrência do fato gerador do IBS e da CBS. Com base na LC 214/2025, assinale a alternativa correta:

- a) O fato gerador do IBS e da CBS, no transporte internacional, ocorre no momento do início do transporte, ainda que fora do território nacional.
- b) A aquisição de bens em leilão judicial não configura fato gerador do IBS e da CBS.
- c) No transporte de carga iniciado no exterior, considera-se ocorrido o fato gerador no momento do término do transporte.
- d) Em qualquer prestação de serviço, o fato gerador ocorre no momento da emissão do documento fiscal.
- e) A prestação de serviço de transporte sempre gera o fato gerador no início do transporte, independentemente da origem.

**134.** De acordo com a LC 214/2025, ocorre o fato gerador do IBS e da CBS nas operações de execução continuada ou fracionada, como nas prestações de serviços de energia elétrica, água, telecomunicações e internet

- a) No início da prestação.
- b) Na emissão da fatura.
- c) No término da prestação.
- d) Quando se torna devido o pagamento.
- e) No recebimento do serviço pelo consumidor.

**135.** Com base na LC 214/2025, assinale a alternativa correta sobre os contribuintes do IBS e da CBS:

- a) Apenas pessoas jurídicas legalmente constituídas podem ser contribuintes do IBS e da CBS.
- b) É contribuinte o fornecedor que realiza atividades econômicas habituais ou profissionais, mesmo que a profissão seja não regulamentada.
- c) O adquirente de bem em leilão judicial nunca é considerado contribuinte, salvo se for comerciante habitual.
- d) O importador é responsável, mas não contribuinte, para fins de incidência do IBS e da CBS.
- e) O fornecedor estrangeiro nunca está obrigado a se inscrever como contribuinte, independentemente da operação.

**136.** Com base na LC 214/2025, analise as afirmativas abaixo sobre a responsabilidade das plataformas digitais pelo pagamento do IBS e da CBS:

- I. As plataformas digitais, inclusive as domiciliadas no exterior, são responsáveis pelo pagamento do IBS e da CBS nas operações realizadas por seu intermédio, caso o fornecedor esteja no exterior.
- II. A plataforma digital é responsável substituta do adquirente sempre que este não estiver inscrito como contribuinte regular.
- III. Quando o fornecedor é residente no Brasil, mas não emite documento fiscal eletrônico, a plataforma será solidariamente responsável com ele.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

**137.** Com base na LC 214/2025, analise as afirmativas abaixo sobre a definição do local da operação com bens móveis:

- I. Em regra, considera-se local da operação com bem móvel material o local da entrega ou disponibilização ao destinatário.
- II. Na aquisição de veículo automotor, considera-se como local da operação o domicílio do fornecedor, salvo disposição contratual em contrário.
- III. Em operações não presenciais, considera-se local da operação o destino final indicado pelo adquirente, independentemente de quem seja o responsável pelo transporte.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas a afirmativa III está correta.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.

**138.** Com base na LC 214/2025, assinale a alternativa correta sobre o procedimento simplificado de split payment:

- a) O contribuinte pode optar pelo procedimento simplificado nas operações com adquirente não contribuinte do IBS e da CBS no regime regular.
- b) O percentual aplicado no split simplificado corresponde obrigatoriamente ao valor exato do débito gerado em cada operação.
- c) O procedimento simplificado somente pode ser aplicado para a CBS, ficando vedado seu uso em conjunto com o IBS.
- d) Os valores recolhidos pelo procedimento simplificado não podem ser utilizados para quitação de débitos do contribuinte.
- e) A opção pelo split simplificado pode ser feita e revogada livremente a cada operação, sem limitação por período de apuração.

**139.** Com base na LC 214/2025, analise as afirmativas abaixo sobre a aplicação da imunidade do IBS e da CBS em operações de exportação sem saída física do território nacional:

- I. A imunidade aplica-se apenas às exportações que envolvam saída física dos bens do território nacional, excluindo as operações que permaneçam no Brasil.
- II. A imunidade se aplica à entrega de bens no Brasil a órgãos públicos, em razão de contrato firmado por meio de licitação internacional.
- III. A entrega de bens a empresa nacional autorizada a operar loja franca pode ser considerada exportação imune, ainda que os bens não deixem fisicamente o território nacional.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas a afirmativa II está correta.
- c) Apenas a afirmativa I está correta.
- d) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

**140.** Com base na LC 214/2025, assinale a alternativa correta sobre o ressarcimento de saldos a recuperar de IBS e CBS:

- a) O contribuinte não poderá solicitar o ressarcimento parcial do saldo a recuperar.
- b) O prazo máximo para conclusão de qualquer procedimento fiscal relacionado ao pedido de ressarcimento é de 180 dias.
- c) Contribuintes que participam de programas de conformidade terão seus pedidos de ressarcimento apreciados em até 30 dias.
- d) O pedido de ressarcimento de créditos será apreciado exclusivamente pela Receita Federal do Brasil.
- e) Caso o crédito não seja solicitado para ressarcimento, ele será automaticamente extinto ao final do período de apuração.

## **LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL**

*Eduardo Da Rocha*

**141.** Com base na legislação do ICMS no Estado de Goiás, analise as afirmativas abaixo sobre hipóteses de não incidência do imposto:

- I. Não incide ICMS sobre a saída de mercadoria em comodato.
- II. Incide ICMS na remessa de mercadoria, por contribuinte goiano, para armazém geral situado no Estado de Goiás.
- III. A saída de mercadoria integrada ao ativo imobilizado do contribuinte, quando alienada, está fora do campo de incidência do ICMS.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa I está correta.

**142.** Com base na legislação do ICMS do Estado de Goiás, assinale a alternativa correta:

- a) O local da operação, na remessa de produto industrializado a pedido de terceiro, será o do destinatário final, ainda que diverso daquele que encomendou a industrialização.
- b) O fornecimento de alimentação por restaurantes não caracteriza fato gerador do ICMS, pois se trata de prestação de serviço de competência municipal.
- c) Na remessa de produto resultante de industrialização realizada por encomenda, para estabelecimento diverso do encomendante, considera-se como local da operação o do estabelecimento de origem.
- d) O veículo utilizado em comércio ambulante não é considerado estabelecimento autônomo.
- e) Cada estabelecimento da mesma empresa responde apenas pelos créditos tributários que gerou diretamente.

**143.** Com base na legislação do ICMS do Estado de Goiás, assinale a alternativa correta quanto à aplicação da alíquota interna:

- a) A alíquota interna não se aplica à entrada de mercadoria oriunda de outro Estado quando sujeita à antecipação com encerramento de tributação.
- b) Na arrematação de mercadoria importada apreendida aplica-se a alíquota interestadual.
- c) A alíquota interna só é aplicável às operações com mercadorias destinadas à comercialização.
- d) A prestação de serviço de transporte interestadual de passageiros iniciado em Goiás, cujo tomador não seja contribuinte, está sujeita à alíquota interna.
- e) À entrada interestadual de petróleo aplica-se sempre à alíquota interestadual.

**144.** A empresa Comercial Delta Ltda., sediada em Anápolis, realizou a venda de uma remessa de eletrodomésticos com preços significativamente abaixo dos valores praticados usualmente no mercado regional. Durante fiscalização, a autoridade tributária arbitrou a base de cálculo do ICMS para essa operação, entendendo que os valores declarados não refletiam o real valor de mercado. A empresa foi autuada e pretende contestar a medida.

Com base na legislação do ICMS de Goiás, assinale a alternativa correta:

- a) A autoridade fiscal não pode arbitrar a base de cálculo em hipótese alguma, sendo obrigatório utilizar os valores declarados pelo contribuinte.
- b) O arbitramento da base de cálculo pelo fisco depende de autorização judicial prévia, sob pena de nulidade do lançamento.
- c) O arbitramento é permitido quando o valor declarado for notoriamente inferior ao praticado no mercado, mas o contribuinte não poderá se defender.

d) A base de cálculo pode ser arbitrada pelo fisco se os valores forem notoriamente inferiores aos de mercado, e o contribuinte poderá contraditar o arbitramento em processo administrativo.

e) O simples fato de os preços estarem abaixo da média de mercado não permite o arbitramento fiscal, sendo necessário comprovar má-fé do contribuinte.

**145.** De acordo com a legislação do ICMS do Estado de Goiás, analise as afirmativas abaixo sobre o estorno do imposto creditado pelo sujeito passivo:

I. O estorno do crédito é exigido quando a mercadoria, originalmente adquirida com direito ao crédito, for utilizada no consumo do próprio estabelecimento, relativa e proporcionalmente à parcela das operações ou prestações isentas ou não-tributadas, considerando-se as saídas e as prestações com destino ao exterior como sendo tributadas.

II. Se, ao final do exercício, o estabelecimento apresentar prejuízo na conta mercadoria, será necessário estornar o crédito proporcional ao prejuízo constatado.

III. A ausência de operação posterior à entrada no estabelecimento é causa legítima para exigência de estorno do crédito de ICMS.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa I está correta.

**146.** A lei 11.651/91 do Estado de Goiás, em seu art. 70, define penalidades para os infratores da legislação tributária. Assinale a alternativa que elenca penalidades que são efetivamente previstas no mencionado artigo.

- a) Multa, cassação da inscrição estadual e suspensão do alvará de funcionamento.
- b) Proibição de transacionar com os órgãos da administração pública estadual, multa e sujeição a regimes especiais de controle.
- c) Multa, perda de benefícios previdenciários e inclusão em cadastro de inadimplentes do sistema financeiro.
- d) Perda automática da inscrição estadual e cassação da autorização para emissão de documento fiscal.
- e) Multa, pena de prestação de serviços à comunidade e restrição de participação em licitações federais.

**147.** De acordo com a legislação tributária do Estado de Goiás, assinale a alternativa que apresenta **apenas hipóteses de isenção da Taxa de Serviços Estaduais (TSE)**:

- a) Atos relativos à vida funcional dos servidores estaduais, alvarás de funcionamento para microempresas e atos solicitados por pessoas com deficiência.
- b) Autenticação de livros de tradutores públicos, atos praticados para fins eleitorais e militares, e licenciamento anual de veículos apreendidos e arrematados em hasta pública, quando a data prevista para a realização do licenciamento ocorrer no período compreendido entre a data de sua apreensão e a de sua arrematação.
- c) Emissão de certidões judiciais, serviços cartoriais gratuitos e isenção de taxas por edificações industriais localizadas em zona urbana.
- d) Recursos minerais destinados à exportação, emissão de nota fiscal avulsa por microempreendedores e documentos escolares emitidos por instituições privadas.

e) Atos relacionados a serviços notariais, certidões de nascimento e casamento, e solicitações protocoladas por pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional.

**148.** De acordo com a legislação tributária do Estado de Goiás, assinale a alternativa correta sobre a ocorrência do fato gerador do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA):

- a) O fato gerador do IPVA ocorre exclusivamente no dia 1º de janeiro de cada ano, independentemente da data de aquisição ou importação do veículo.
- b) Em se tratando de veículo importado do exterior por consumidor final, o fato gerador ocorre na data da emissão da nota fiscal pelo importador.
- c) A incorporação do veículo ao ativo imobilizado de empresa revendedora ou fabricante não configura fato gerador do IPVA.
- d) O fato gerador do IPVA ocorre na data da primeira aquisição do veículo novo por consumidor final, bem como na data do desembaraço aduaneiro em caso de importação, também por consumidor final.
- e) O IPVA não incide em relação a veículos que percam a isenção ou a não incidência no curso do exercício, valendo apenas para o exercício seguinte.

**149.** De acordo com o Ajuste SINIEF 19/16, assinale a alternativa correta sobre a emissão da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e):

- a) A NFC-e deve ser impressa em duas vias, assinada fisicamente pelo consumidor, e arquivada pelo contribuinte por no mínimo cinco anos.
- b) A identificação do destinatário é obrigatória, independentemente do valor da operação ou da solicitação do adquirente.
- c) A NFC-e possui existência exclusivamente digital, e sua validade jurídica depende de assinatura eletrônica qualificada e autorização prévia da administração tributária.
- d) A identificação do consumidor pelo CPF só é exigida quando a entrega for realizada fora do domicílio fiscal do contribuinte.
- e) A NFC-e pode ser emitida manualmente, desde que haja posterior digitalização do documento e comunicação à SEFAZ estadual.

**150.** Com base no Ajuste SINIEF 07/05, assinale a alternativa correta sobre a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e os eventos a ela relacionados:

- a) A NF-e substitui exclusivamente a Nota Fiscal modelo 1, não se aplicando à Nota Fiscal de Produtor ou à Nota Fiscal modelo 1-A.
- b) O cancelamento da NF-e pode ser solicitado a qualquer momento, desde que não tenha havido o trânsito da mercadoria, independentemente do prazo.
- c) O Documento Auxiliar da NF-e (DANFE) é opcional e serve apenas para facilitar a escrituração contábil do contribuinte.
- d) A manifestação do destinatário pode incluir, entre outros eventos, o “Desconhecimento da Operação”, quando ele declarar que a operação não foi por ele solicitada.
- e) A Carta de Correção Eletrônica permite alterar qualquer informação da NF-e, inclusive dados que alterem o valor da operação ou a alíquota do imposto.

## **LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL**

*Rafael Rocha*

**151.** De acordo com a legislação estadual que rege o ITCD, qual das opções abaixo NÃO constitui fato gerador do imposto?

- a) Transmissão causa mortis de propriedade de bem imóvel.
- b) Doação de direitos reais sobre bens imóveis, exceto os de garantia.
- c) Cessão gratuita de direitos relativos a bens móveis.
- d) Transmissão de bens móveis realizada por venda com pagamento em serviços.
- e) Renúncia gratuita de direitos relacionados a bens imóveis.

**152.** De acordo com a legislação estadual que rege o ITCD, o imposto é devido ao Estado de Goiás em qual das seguintes situações envolvendo a transmissão de bens móveis?

- a) Quando o doador é domiciliado no exterior e o donatário não reside no Estado.
- b) Quando o inventário é processado neste Estado, independentemente do domicílio do herdeiro.
- c) Quando o herdeiro é domiciliado em outro Estado e o de cujus não possuía bens no exterior.
- d) Quando o donatário reside no exterior e o doador é domiciliado em outro Estado.
- e) Quando os bens móveis estão situados fora do território deste Estado, desde que nele esteja domiciliado o *de cujus*.

**153.** De acordo com a legislação estadual que rege o ITCMD, em qual das situações abaixo o ITCMD NÃO incide?

- a) Doação de bem móvel que também esteja sujeita ao ICMS.
- b) Transmissão de frutos acrescidos à herança antes da abertura da sucessão.
- c) Transferência de bens imóveis por cessão gratuita entre vivos.
- d) Cessão gratuita de direitos à herança situada no Estado.
- e) Transmissão aos beneficiários de valores relativos a VGBL e PGBL.

**154.** De acordo com a legislação estadual que rege o ITCMD, pode-se afirmar que não é contribuinte do ITCMD:

- a) o beneficiário, na renúncia de quinhão feita por herdeiro.
- b) o doador, na doação de bem móvel, se o donatário não residir nem for domiciliado no Estado.
- c) o fideicomissário, na instituição do fideicomisso.
- d) o herdeiro, na transmissão decorrente de sucessão provisória.
- e) o legatário, na transmissão decorrente de sucessão testamentária.

**155.** De acordo com a legislação estadual que rege o ITCMD, quem é o contribuinte e qual é a base de cálculo na instituição de um usufruto por 3 anos sobre um imóvel localizado em Goiânia/GO, com valor venal de R\$ 200.000,00, considerando que o beneficiário é domiciliado no Estado?

- a) Contribuinte: o herdeiro; Base de cálculo: R\$ 200.000,00.
- b) Contribuinte: o beneficiário; Base de cálculo: R\$ 100.000,00.
- c) Contribuinte: o donatário; Base de cálculo: R\$ 120.000,00.
- d) Contribuinte: o beneficiário; Base de cálculo: R\$ 120.000,00.
- e) Contribuinte: o fiduciário; Base de cálculo: R\$ 60.000,00.

**156.** De acordo com a legislação estadual que rege o ITCMD, qual das alternativas abaixo descreve corretamente a base de cálculo do ITCMD ?

- a) Na transmissão de títulos da dívida pública, títulos de crédito negociáveis em bolsa, ouro ou moeda estrangeira, o valor de mercado deve corresponder ao da cotação oficial da data da declaração.
- b) A base de cálculo do imposto não pode ser igual ou inferior aos valores constantes do formal de partilha e da escritura pública.
- c) Na transmissão de ações de sociedades de capital fechado ou de quotas de sociedade empresária, o valor da ação ou quota obtido por meio do patrimônio líquido da empresa.
- d) Na transmissão causa mortis o valor do saldo devedor da promessa de compra e venda de imóvel, no momento da abertura da sucessão do promitente vendedor.
- e) Na transmissão de ações de sociedade anônima de capital aberto, o valor de sua cotação de fechamento na Bolsa de Valores na data da transmissão, ou na imediatamente anterior quando não houver pregão ou quando essas não tiverem sido negociadas naquele dia, com a regressão, se for o caso, até o máximo de 180 dias, ou o valor obtido por meio do patrimônio líquido ajustado a valor de mercado verificado em balanço especialmente levantado na data da declaração acrescido de aviamento.

**157.** Com base na lei complementar estadual 104/13, pode-se afirmar que não constitui vedação à Administração Pública:

- a) divulgar, em órgão de comunicação social, o nome de contribuinte em débito.
- b) induzir, por qualquer meio, a autodenúncia ou a confissão por parte do contribuinte.
- c) bloquear, suspender ou cancelar inscrição estadual, nas hipóteses legalmente previstas, anteriormente ao julgamento definitivo do processo administrativo instaurado com essa específica finalidade.
- d) fazer-se acompanhar de força policial nas diligências ao estabelecimento do contribuinte, em qualquer hipótese.
- e) produzir prova, apenas, com base em declaração de terceiros, seja ela verbal ou formal.

**158.** Com base na lei 16.469/09, o lançamento será formalizado por notificação de lançamento nas hipóteses abaixo, exceto quando se tratar de crédito tributário relativo:

- a) à omissão de pagamento de tributo estadual, em razão de recolhimento por meio de cheque sem suficiente provisão de fundos ou cujo pagamento tenha sido frustrado por circunstância diversa.
- b) à omissão de pagamento de IPVA.
- c) ao descumprimento de obrigação acessória em virtude de falta de entrega ou remessa de documento de informação ou apuração de ICMS.
- d) à Taxa de Serviços Estaduais - TSE, pela omissão de seu pagamento no prazo estabelecido na legislação
- e) ao descumprimento de obrigação acessória em virtude de falta de entrega ou remessa de arquivo eletrônico contendo informação relacionada à operação ou prestação realizada.

**159.** Com base na lei 16.469/09, não constitui uma modalidade de intimação admitida no PAT do Estado de Goiás:

- a) Carta registrada, com aviso de recebimento.

b) Tomada de conhecimento no processo, comprovada pelo termo de vista ou pela posterior manifestação da parte.

c) Telefone.

d) Publicação no diário eletrônico.

e) Ciência direta à parte, inclusive no caso de recusa em assinar, desde que certificada pelo funcionário responsável, na presença de duas testemunhas.

**160.** Com base na lei 16.469/09, assinale a assertiva incorreta acerca do Processo de Revisão Extraordinária:

a) O pedido de revisão extraordinária direcionado ao Presidente do CAT, a quem compete fazer o juízo de admissibilidade do referido pedido.

b) O pedido de Revisão Extraordinária tem efeito suspensivo, porém sua admissão pelo Presidente do CAT acarreta, em se tratando de crédito tributário não ajuizado, o cancelamento do ato de inscrição em dívida ativa, desde que a admissão se refira à totalidade do lançamento ou do crédito tributário decorrente de tributo declarado pelo sujeito passivo e não pago no prazo regulamentar, com o necessário encaminhamento do processo à Superintendência de Recuperação de Crédito - SRC para esse fim.

c) O pedido de Revisão Extraordinária não se aplica à decisão proferida pelo Conselho Superior, ressalvada a relativa à inadmissão ou preempção de recurso.

d) Não será admitido o pedido de Revisão Extraordinária apresentado quando já expirado o prazo de 5 anos contados do vencimento do último prazo previsto para o pagamento do crédito tributário ou apresentação de razões defensórias.

e) Compete ao Conselho Superior a apreciação, sem realização de diligências, do pedido de Revisão Extraordinária admitido pelo Presidente do CAT.

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.  
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>

---